FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

ADRIANA SOUSA DA COSTA
DANYELA DA SILVA ALVES
EMANUELLA DA SILVA ALVES

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA:
a importância dessa parceria para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos

Chapadinha
2014

ADRIANA SOUSA DA COSTA
DANYELA DA SILVA ALVES
EMANUELLA DA SILVA ALVES

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA:
a importância dessa parceria para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para obtenção do grau de licenciadas em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Karla Myllena de Aquino Gomes

Chapadinha
2014

Costa, Adriana Sousa

Relação família e escola: a importância dessa parceria para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos/Adriana Sousa Costa; Danyela da Silva Alves; Emanuella da Silva Alves. – Chapadinha, 2014.

78f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Faculdade do Baixo Parnaíba, 2014.

1. Escola 2. Família 3. Educação I. Alves, Danyela da Silva II. Alves, Emanuella da Silva III. Título.

CDU 37.062

ADRIANA SOUSA DA COSTA
DANYELA DA SILVA ALVES
EMANUELLA DA SILVA ALVES

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA:
a importância dessa parceria para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para obtenção do grau de licenciadas em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª. Karla Myllena de Aquino Gomes (orientadora)
Especialista em Psicolinguística
Faculdade do Baixo Parnaíba

_____
(1° Examinador)

_____
(2º Examinador)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida, às nossas famílias, que sempre estiveram ao nosso lado, apoiando-nos e dando-nos forças para seguirmos em frente e não desanimarmos em meio aos desafios.

A todos que formam o quadro de docentes e funcionários da FAP, que contribuíram, de forma direta e indireta, para nossa formação.

Agradecemos também pelo ciclo de convivência acadêmica, que nos possibilitou colocar em prática as teorias apreendidas ao longo do curso, nos estágios que nos proporcionaram momentos únicos de aprendizado, transformando nossas ações em conhecimento, e reforçando mais ainda nossa identidade como profissional e certificando nossas competências e habilidades em função da educação e para nosso crescimento enquanto indivíduos sociais.

“Os pais têm o direito e o dever de participar na escola porque são responsáveis legais e naturais pela educação de seus filhos, mas também representam a sociedade receptora da ação escolar”.

Jaume Sarramona I López

RESUMO

O presente trabalho aborda questões pautadas na relação família e escola, direcionado para a realização de funções de ambas, na formação de um cidadão crítico. Este trabalho tem como fundamentação teórica, o ponto de vista de alguns teóricos que acreditam que a sociedade entre família e escola é uma forma indispensável para trabalhar a ação educativa do educando, os mesmos teóricos ressaltam também conceitos que envolvem a família, a escola e suas participações na vida dos seres humanos, onde serão tratadas algumas discussões sobre a educação na instituição familiar, trazendo também informações referentes às legislações educacionais que asseguram a educação como sendo um direito de todos e responsabilidade da família, neste trabalho também se faz uma análise da relação família, escola e as responsabilidades que abrangem as mesmas no processo de formação do indivíduo, destacando assim vários pontos que envolvem esta relação. A pesquisa de campo foi realizada no 2º, 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental da Unidade Integrada João Silva, tendo como sujeitos, dez (10) alunos, quatro (04) professores, dez (10) pais ou responsáveis de alunos e uma (01) gestora. O objetivo do presente estudo é a busca da compreensão do quanto à relação família e escola pode colaborar para a formação da identidade, independência e cidadania do aluno no processo de aprendizagem. Portanto, considera-se de suma importância como se dá a relação na instituição de ensino, onde se desenvolveu esta pesquisa. Podendo assim oferecer colaborações à prática da educação, apreciando a análise e a reflexão dos membros responsáveis pela educação.

Palavras-chave: Parceria. Escola. Família. Educação.

ABSTRACT

This paper discusses issues related to family and school relationships in the school environment, turning to the function of both the formation of a future citizen critic, for this work, has as theoretical foundation, the view of some theorists who believe that the partnership between family and school is an indispensable way to work the educational action of the student, the same theorists also emphasize concepts that involve the family and the school their participation in the life of human beings, which will address some discussions on education in institution family, also bringing educational information regarding laws that ensure education as a universal right and responsibility of the family, this paper also makes an analysis of the relation between family, school and responsibilities that involve them in the process of formation of the individual, thus highlighting various issues surrounding this relationship. The field research was conducted in the 2nd, 3rd, 4th and 5 year of primary school the Integrated Unit João Silva, with some pupils, teachers, parents, students and school management. The aim of the present study where part is the search for understanding of how the family and school relationships can contribute to the formation of identity, autonomy and citizenship of the student. Therefore it is considered very important to know how this relationship is going in the educational institution where this research was developed. Thus being able to offer the practice of education collaborations enjoying analysis and reflection of the members responsible for education.

Keywords: Partnership. School. Family. Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 8
2 CONCEITO DE FAMÍLIA 10
2.1 Tipos de família 15
2.1.1 A família tradicional 16
2.1.2 A família nuclear 17
2.1.3 A família pós-moderna 18
3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA 19
3.1 Cultura escolar e familiar 20
3.2 Problemas do ambiente escolar 24
3.3 Integração escola e família para prevenção do *bullying* 25
3.4 A respeito da lei no ambiente escolar 26
4 RELAÇÃO FAMÍLIA, ESCOLA E SOCIEDADE, QUE BENEFÍCIOS ISSO TRÁS? 28
4.1 O papel do professor para a sociedade 31
4.2 Os programas de governo, contribuição com a educação 33
5 RELAÇÃO FAMÍLIA, ESCOLA E A APRENDIZAGEM DOS ALUNOS 39
5.1 As concepções mais antigas de aprendizagem e suas dificuldades 39
5.2 A família e a escola 42
6 A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA UNIDADE INTEGRADA JOÃO SILVA 43
6.1 Caracterização da escola-campo 43
6.2 Análise dos dados da pesquisa 44
6.2.1 Análise das respostas da gestora e professoras 44
6.2.2 Análise das respostas dos alunos 54
6.2.3 Análise das respostas dos responsáveis 59
7 CONCLUSÃO 66
REFERÊNCIAS 68
APÊNDICES 76

1 INTRODUÇÃO

Os benefícios que ocorrem quando há uma integração entre família e escola reflete-se na formação do caráter do educando. Essa relação pode contribuir de maneira fundamental no aspecto da cognição, ou seja, na capacidade de aprendizagem do aluno, também em suas relações interpessoais, no contexto cultural em que ele está inserido e no seu desenvolvimento profissional futuro. Assim, para que tudo isso ocorra de maneira satisfatória, é necessário que ambas reconheçam a necessidade de uma parceria em benefício de um ideal comum: repensar sobre um contexto atual onde a educação está inserida e refletir sobre suas práticas e com isso ir à busca de perspectivas melhores.

Com as novas formações familiares, não apenas aquela estrutura tradicional – pai, mãe e filhos. Os conflitos internos e as fatalidades acabam por desmembrá-las, tornando assim a escolaridade do educando mais arredia, pois os responsáveis pelas crianças não cumprem muito bem o seu papel. A questão econômica também é um dos fatores ligados à ausência da família na vida escolar dos filhos.

Não obstante, sabe-se que o convívio familiar é refletido na escola e, neste contexto, cabe uma análise sobre os dias atuais, em que um fenômeno conhecido como *bullying* tem ocorrido em grandes proporções nas escolas e na sociedade como um todo, o que é bastante difundido pela mídia.

Vale ressaltar que, a fragmentação destas duas instituições (família e escola) tem refletido na vida do aluno de maneira muito negativa. Os acontecimentos são visíveis e preocupantes, e as soluções só existem com a mudança de atitude de ambas. O ponto de partida para o começo de uma boa relação entre família e escola deve partir desta última, por ter mais conhecimento sobre o desenvolvimento do aluno.

Todavia, se por um lado a escola é conhecedora dos métodos pedagógicos e cognitivos da realidade do aluno, por outro lado, é indispensável à colaboração da família neste processo, pois sabe-se que o aprendizado é dado em todos os ambientes, sendo que a maior parte da vida do educando está no contexto familiar. Assim, diz-se que ambos tornam-se a extensão da outra.

Durante as entrevistas, alguns dos responsáveis demonstraram que têm consciência da importância da educação na vida das crianças. Então, o que falta para que isso deixe de ser apenas palavras e se concretize em atitudes? Será que o ato de educar deve ficar inteiramente por conta da escola? E a parceria entre a família e a escola, como deve acontecer? Essas foram algumas das indagações que levaram à escolha do tema “Relação família e escola: a importância dessa parceria para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos”.

Os fundamentos teóricos foram embasados em autores, tais como: Paulo Freire (1996), Libâneo (1998), Candau (2000), Parolin (2010), Silva (2010) e outros cujas abordagens contribuíram significativamente para o aprofundamento da discussão temática aqui realizada.

As informações foram coletadas por meio de pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo, voltadas para o tema em questão. Estas últimas foram realizadas no 2º, 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, na Unidade Integrada João Silva. O levantamento dos dados foi feito por intermédio de entrevistas com: a gestora, os professores e os alunos e, respectivamente, com seus responsáveis.

O texto está estruturado da seguinte forma: os primeiros tópicos abordam os conceitos de família; em seguida, aborda-se sobre a função social da escola e a sua importância; discorre-se ainda sobre a relação família, escola e sociedade e os benefícios dos programas de governo, e também sobre a relação família, escola e a aprendizagem; por fim, fez-se a caracterização da escola Unidade Integrada João Silva, destacando-se a sua responsabilidade social e a formação educacional; em seguida, foram apresentados os resultados da pesquisa e a conclusão do trabalho.

Com esse trabalho espera-se contribuir significativamente com a relação escola e família já que são tão essenciais na vida do educando, o caminho a ser percorrido por estas duas instituições ainda é muito longo, mas é com trabalho como este que se objetiva alcançar resultados positivos que contribuam na vida de todos.

2 CONCEITO DE FAMÍLIA

A família é dada por um grupo de pessoas unidas por laços consanguíneos ou por afinidade, a família é o bem maior que o indivíduo pode ter e tem como compromisso de cuidar e zelar pela proteção de seus membros.

> Com este princípio da igualdade jurídica dos cônjuges e companheiros, desaparece o poder marital, e a autocracia do chefe de família é substituída por um sistema em que as decisões devem ser tomadas de comum acordo entre conviventes ou entre marido e mulher, pois os tempos atuais requerem que marido e mulher tenham os mesmos direitos e deveres referentes à sociedade conjugal, o patriarcalismo não mais se coaduna com a época atual, nem atende aos anseios do povo brasileiro; por isso juridicamente, o poder de família é substituído pela autoridade conjunta e indivisiva, não mais se justificando a submissão legal da mulher. Há uma equivalência de papéis, de modo que a responsabilidade pela família passa a ser dividida igualmente entre o casal. (DINIZ, 2008, p. 19).

O direito canônico, por volta da Idade Média, entre os séculos X e XV, estabeleceu normas disciplinares com relação ao casamento e também sobre o núcleo familiar, ainda nota-se os elementos semelhantes que vigoraram por alguns anos. O pai era considerado como o chefe de família, nas famílias brasileiras, ou seja, há alguns tempos, a família era concebida pelo marido, e todo o restante estava à mercê de suas ordens.

A instituição familiar e as mudanças ocorridas em seu interior surgiram por volta do século XIX, quando entra em vigor o decreto 181, de 1890, elevando o grau de reconhecimento definido por lei a situação da união estável apresentando como o modelo de família, a constituída por pai, mãe e filhos. No entanto, “A partir do momento em que a família deixou de ser o núcleo econômico e de reprodução, para ser o espaço do afeto e do amor, surgiram novas e várias representações sociais para ela”. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2005, p. 11).

As mudanças vinham surgindo a partir desse período e, diante dessas considerações, não se pode afirmar qual o padrão de família pode ser considerado como modelo, mas reconhecer-se que atualmente é muito diferente em relação à estrutura modelar da Idade Média.

A sociedade, uma vez que foi adotado o padrão de família, considerava as demais constituições familiares como erradas, pois não atendiam as “demandas” do período. Desse modo, era feito um julgamento pelas famílias-modelo, que acabavam classificar as demais como “incompletas”, “problemáticas”, “mal

organizadas”, incapazes de educar seus membros com os reais valores éticos e familiares essenciais e adequados à conduta moral. Esses julgamentos eram feitos pelo senso comum da sociedade e não pela sociedade acadêmica.

O ambiente familiar é o primeiro contato de socialização que a criança tem logo quando nasce. Então, é a partir desse contexto que acontecerá a sua interação com a sociedade, pois, é no convívio familiar que são repassados os valores morais, e os costumes adotados pelas gerações passadas a que a criança pertence.

Assim, quando o indivíduo estiver incluído na sociedade de fato, já terá apreendido algumas regras de convivência, como o respeito ao próximo. Logo, se o indivíduo vem de uma família sem regras ou princípios, certamente não será muito bem aceito na sociedade e terá grandes dificuldades de interagir com os demais.

Conforme o Art. 241 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União - Lei 8.112/90 considera-se família além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam dependentes financeiramente e que constem em seu assentamento individual.

A família é a base, o pilar de sustentação e funciona como uma instituição repleta de valores para conscientizar o cidadão em sua jornada na sociedade, tendo o papel importante em deter uma de suas principais características em passar os direitos e deveres para ser posto em prática. Ela é responsável pelo desenvolvimento cognitivo, afetivo e outras características importantes para o desenvolvimento saudável das crianças.

Ao longo dos anos, a família tem passado por suas mudanças no que diz respeito aos conceitos éticos como o respeito até aos pais e aos membros mais velhos da família, mas antes que o preconceito ganhe destaque, é mais importante que haja uma preocupação em se entender os motivos dessas mudanças para que sejam compreendidas. Também não se pode parar no tempo e achar que essas mudanças culturais jamais ocorreriam na sociedade.

Nesse contexto, as famílias também estão sujeitas às alterações que tem acontecido na sociedade nos últimos tempos. A questão financeira e as informações divulgadas pela mídia influenciam nisso tudo, ou seja, todas as mudanças sociais externas refletem-se nas famílias, influenciando-as nas mudanças de costumes e

conceitos. Basta comparar as famílias mais antigas com as atuais, para perceber que foram inúmeras as transformações.

Conforme mostra Diniz (2008), a CF/88, o CC e a Lei nº 9.278/96 sobre a União Estável que regulamenta o § 3ª do art. 226 da Carta Magna, reconheceram como família somente a prática de matrimônio e como entidade não só a oriunda de união estável como também a comunidade monoparental formada por qualquer dos pais e seus descendentes, independentemente de existência de vínculo conjugal que a tenha originado[1].

Em um tradicional conceito de família, cada membro tem seu papel definido como uma das partes importantes para sua constituição e, sendo assim, dificilmente nenhum membro poderia tomar o lugar do outro, ou alguém de fora fazer o mesmo.

Esse conceito já era definido por pessoas que moravam todas juntas, em um mesmo ambiente, com relações de parentesco com os outros membros, pais, avós maternos e paternos, filhos, tios, dentre outros. Com as mudanças da sociedade, os sujeitos transformavam-se de acordo com as demandas sociais e culturais de cada época. Assim, o indivíduo que não se encaixava a essas necessidades, sofria com exclusões, por falta de oportunidades ou preconceito.
Segundo Coulanges (2002, p. 45):

> O que unia os membros da família antiga era algo mais poderoso que o nascimento, o sentimento ou a força física: e esse poder encontra-se na religião do lar e dos antepassados. A religião fez com que a família formasse um só corpo nesta e na outra vida.

A família sempre fará parte das mudanças da sociedade e não deve ser posta à parte de suas alterações sociais e econômicas.

Pois de acordo com Silvio de Salvo Venosa (2006), a inserção das máquinas provocou a desagregação do trabalho familiar e a ruína da diferença de papéis entre seus integrantes.

Com isso, outro ponto a ser considerado, em termos históricos, é a Revolução Industrial, que trouxe inúmeros resultados ao ambiente familiar, causando o distanciamento do chefe de família (o pai), que passava a maior parte do tempo trabalhando nas indústrias, com os seus novos processos de transição e produção para o mercado de trabalho que se iniciava a todo vapor, assim atendendo

[1]Blog da Faculdade Integrada Barros Melo, que discute sobre o conceito jurídico atual de família. Disponível em: <http://www.barrosmelo.edu.br/blogs/direito/?p=218> Acesso em: 18 jul 2013

as demandas requisitadas pela sociedade, que passava por suas mudanças, como até hoje.

A urbanização foi outro fator responsável pelas mudanças no núcleo familiar.

> A eliminação progressiva da pequena propriedade na estrutura fundiária brasileira, verificada especialmente a partir dos anos 1960, contribuiu para a formação dos grandes centro urbanos por meio do que se convencionou chamar de êxodo rural. Conforme o censo demográfico de 200, 81,22% da população brasileira reside na zona urbana. Esse processo de concentração populacional tem suas raízes nos anos de 1960 e 1970: De acordo com os censos do IBGE, na década de 1930 cerca de 13 milhões de pessoas trocaram o campo pela cidade; nos dez anos seguintes, esse número se elevou para 15,5 milhões. Tudo indica que desde 1970, quando a população rural passou a ser minoritária, até os dias de hoje, mais de 40 milhões de brasileiros migraram do campo para a zona urbana. (GONÇALVES, 2001, p. 174).

No entanto, com o passar dos anos, a população rural sentiu a necessidade de migrar para a zona urbana, em busca de uma qualidade de vida, mais estabilidade financeira, qualidade educacional para os filhos. Assim, com a migração de alguns membros da família, vão ficando para trás os mais velhos, que são de outra época, e que provavelmente não se adaptariam tão fácil à vida urbana, completamente diferente da vida pacata e calma da zona rural.

A partir século XX, ocorreu uma mudança significativa, as mulheres conquistaram seu espaço no mercado de trabalho, mostrando sua competência e como poderiam ser muito úteis com sua força de trabalho. As mulheres conseguiram ultrapassar as barreiras que as impediam de conquistar seu espaço.

O mundo feminino teve que enfrentar o preconceito e, principalmente, o machismo, para que as mulheres saíssem da rotina de apenas dedicar-se ao trabalho doméstico, cozinhar para fora, aumentando a fonte de renda da família; para livrarem-se do estigma de serem abandonadas pelos maridos ou ficarem viúvas precocemente, sem renda alguma.

O controle da natalidade é uma questão muito polêmica, mas sua prioridade já estava sendo estabelecida, pois para o governo as melhorias seriam em todos os setores de desenvolvimento do país, como a redução da fome, da miséria e da prostituição infantil. Mas para aderir a esta política os governos entram em conflito com as grandes instituições, como a Igreja católica.

No século XVI, surgiu o primeiro método contraceptivo, e em 1960 a pílula, que foi uma grande transformação, principalmente na vida das mulheres, pois

tais métodos preveniam a gravidez indesejada. A ideia era que o nascimento de um filho deveria ser planejado, para evitar problemas futuros ao casal que o espera. E com o passar dos anos outros métodos foram surgindo com a necessidade de cada família.

Quanto ao surgimento de valores correspondentes à sexualidade, este acontece independentemente do controle que se tem da vida social de cada membro da família. A liberdade de expressão tem dominado os espaços, assim como o culto ao corpo.

Entretanto, mesmo com toda essa liberdade, falar sobre sexo ainda é um verdadeiro “tabu” para as famílias brasileiras. Assim, os jovens não encontram nas famílias os esclarecimentos que buscam sobre o assunto, tendo que buscá-los em outros lugares. Tudo isso porque muitos pais não são esclarecidos ou têm vergonha de falar com os filhos sobre sexo.

Um problema recorrente no Brasil são os casos em que os pais negligenciam na sua responsabilidade para com os filhos, causando graves sequelas no desenvolvimento cognitivo e emocional. Diante do abandono, por exemplo, os filhos acabam ficando sob a responsabilidade de um parente mais próximo, são levados a abrigos ou simplesmente ficam na rua, na delinquência.

> Cuidando da proteção da pessoa dos filhos, estabeleceu que mesmo aqueles nascidos de casamento nulo não putativo são considerados legítimos e atribuiu igualdade no direito à herança aos filhos de qualquer condição. (WALD, 2000, p. 24).

Sabe-se, no entanto, que a presença dos pais para a criança não pode ser substituída, pois esse é o vínculo mais forte que um ser pode ter com outro. Todavia, essa negligência não acontece somente pelo abandono, mas também pela falta de tempo dos pais de estarem com seus filhos. Muitos tentam compensar a ausência com presentinhos, mas isso só piora a situação.

Diante disso, percebe-se a necessidade de os “pais modernos” se interessarem mais pela vida cotidiana de seus filhos, participarem da rotina deles, sendo referência de valores e princípios.

Outra informação importante sobre as mudanças na família ao longo da história diz respeito, a saber, ao divórcio. De acordo com a Constituição a Emenda Constitucional Nº 9, de 28 de julho de 1977 foi promulgada, na qual criou a figura do

Divórcio no Brasil. E foi com a constituição de 1988 que passou a ser permitido divorciar e recasar (BRASIL, 1998).

Nos tempos de hoje, a reconstrução da vida amorosa tornou-se algo muito prático e normal em comparação às separações de antes.

Se a relação já não está mais saudável, o divórcio é a melhor alternativa, mas sabe-se que existem as consequências, e também se não for feito de forma amigável quem mais sofre são os filhos, pois o diálogo deve ser feito de forma clara e sem omissão de fatos para que não haja mal entendidos

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na pesquisa, de 1999 a 2008, o Brasil registrou uma reversão da tendência de redução das taxas de casamento. De 1999 a 2002, para a população de 15 anos ou mais de idade, as taxas caíram de 6,6‰ a 5,6‰, e, a partir daí, cresceram até 6,7‰, em 2008, a maior taxa registrada no período[2].

2.1 Tipos de família

No início do século XIX, começaram a ocorrer mudanças na instituição familiar, e esse processo foi contínuo até os dias atuais. Padrões que antes eram considerados adequados para serem seguidos pelo resto da sociedade, “estereótipos” dos modelos de família, foram substituídos. Os progressos científicos (como as novas técnicas de fertilidade), o aumento do divórcio, a entrada da mulher para o mercado de trabalho etc. são alguns dos motivos das novas formações familiares.

Para o doutrinador Murilo Sechieri Costa Neves (2008, p. 01)

> a expressão “família” é: Em sentido amplo, família é o grupo formado pelas pessoas que descendem de um tronco ancestral comum e também por aquelas que são ligadas a esses descendentes pelo vínculo do casamento e da afinidade. Em outras palavras, família é, nesse sentido, o grupo de pessoas ligadas pelo parentesco, seja este consaguíneo, civil ou decorrente da afinidade. Além disso, pode-se conceituar a família numa concepção mais restrita. Fala-se em família-núcleo ou nuclear para se referir à comunidade formada pelo cônjuges, companheiros e os filhos do casal, se houver, e também à comunidade formada por um dos pais e os filhos.

[2]Site Último segundo – Brasil. Tema: Brasil atinge a maior taxa de casamentos dos últimos 10 anos. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/brasil+atinge+a+maior+taxa+de+casamentos+dos+ultimos+10+anos/n1237778111893.html> Acesso em: 01 set 2013.

Para as formações familiares de antigamente, era considerado membro quem tinha laços sanguíneos. Essa era a condição para fazer parte de um grupo familiar. Entretanto, a família já ganhou outros contornos em suas características, por diversas necessidades.

Hoje em dia não se pode afirmar que a família brasileira se classifica de forma única com cada membro que a constitui. Já existem vários tipos de formação na sociedade, ou seja, cada uma com suas características únicas e com os padrões antigos eliminados. Atualmente, sabe-se que existem famílias de pais separados. E mesmo na constituição formal, pai, mãe e filhos, os papéis têm invertido, havendo famílias que são “chefiadas” pela mulher, o que antes era improvável. Também pode ocorrer que o homem, sem a companheira, conduza a família, responsabilizando-se, sozinho, pelos filhos. Em outras palavras, a família de hoje passa por uma metamorfose.

2.1.1 A família tradicional

Esta geralmente é uma família com muitos membros, em que o pai tinha plena autoridade e a sua esposa é sua propriedade, a educação era mais voltada para a violência e ditada com regras severas. Isso durou até a primeira metade do século XX. Familiares não eram somente pais e filhos, mas o entorno familiar também (tios, primos, avós etc.), e os conceitos morais eram baseados nos princípios estabelecidos na época: os mais novos sempre respeitando os mais velhos sem questionar; as mulheres sempre submissas a seus maridos, e suas tarefas eram cuidar dos afazeres domésticos e cuidar dos filhos.

> [...] o direito de família é local, e as suas reformar têm caráter menos técnico e implicam modificação de uma escala de valores, e algumas vezes de ideologia dominante. As tradições históricas e as crenças religiosas de um povo se refletem diretamente no sistema de direito de família que adota. (WALD, 2000, p. 05).

É uma família constituída por pai e mãe heterossexuais, que valorizam muito os princípios familiares, principalmente o respeito aos mais velhos que compõem a família, casados na igreja católica, também o papel de cada um na família era bem definido, sendo estes estabelecidos pelo provedor, no caso o pai, a mãe como sempre devia manter a sua rotina voltada para o trabalho de casa ou afazeres tidos femininos pela sociedade.

2.1.2 A família nuclear

Na metade do século XX, ocorreu a transição da família tradicional para a família nuclear. Essa é basicamente fundamentada em pai, mãe e poucos filhos, o que já estava associado à entrada da mulher para o mercado, e também às questões financeiras.

As relações entre os membros não era mais baseada em autoritarismo, a família engloba-se em um núcleo caseiro, tendo uma maior compreensão dos direitos da criança e suas necessidades.

> A família transforma-se no sentido de que se acentuam as relações de sentimentos entre os membros do grupo: valorizam-se as funções afetivas da família, que se torna o refúgio privilegiado das pessoas contra a agitação da vida nas grandes cidades e das pressões econômicas e sociais. É o fenômeno social da família conjugal, ou nuclear ou de procriação, onde o que mais conta, portanto, é a intensidade das relações pessoais de seus membros. (OLIVEIRA, 2002, p. 13).

Os gêneros vão passando a se igualar, havendo respeito mútuo entre ambos. Esse é o tipo de família que tem maior domínio no mundo ocidental, esta é o núcleo da sociedade em desenvolvimento, ela é completamente o contrário das famílias compostas por muitos membros, uma família moderna que em seus princípios não aceitam a violência como forma de educar e é praticante do diálogo, flexível com a globalização que está presente no cotidiano e cada vez mais no seio familiar.

2.1.3 A família pós-moderna

Esta é a que atualmente vigora. Não há muitas regras de parentesco, filhos moram com um dos pais (devido ao divórcio), ou com outras famílias. Nesse contexto social, muitos casais decidem por não ter filhos, ocorrem também uniões de homossexuais, ou uniões sem contrato, em que o casal decide por apenas morar junto.

Para a família pós-moderna não existe absoluta verdade, tudo é relativo cada um constrói sua própria verdade de acordo com o que vai se relacionando com o mundo, a igreja já não dita tanto as regras como na antiguidade, a religião vai resumindo-se mais aos ambientes sagrados sem ter tanta força como antes, muitos dos conceitos morais são refeitos pela mesma que segue seus patrões sem se importar tanto com o que certos membros da sociedade impõem.

Segundo Vaitsman (1994), “[...] o que caracteriza a família e o casamento numa situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante, seja no que diz respeito às práticas, seja enquanto um discurso normatizador das práticas”.

A mudança ocorrida na família pós-moderna é tão grande que de fato influenciou o judiciário em suas reformulações, principalmente no que diz respeito ao matrimônio, essa modernidade arraigada com seus valores influencia em um momento de transição da sociedade, causando fortes atritos pelas famílias que se mantém fieis a educação mais tradicional principalmente regida pela religião.

3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A escola tem o papel de preparar o indivíduo para a vida em sociedade, levando em conta a questão cultural, procurando conhecer os diferentes comportamentos, crenças, costumes e as tradições e valores de cada época, empreendendo um ensino contextualizado.

Essa instituição possibilita que a criança venha a tornar-se um ser social e autônomo. A educação escolar no decorrer dos seus ensinamentos procura obter resultados de comprometimento dos alunos, a fim de que estes tomem para si as responsabilidades no meio social em que estão inseridos. Como destaca Arendt (apud CASTRO, 2003, p. 1):

> A escola como um novo modelo, irá ampliar o mundo dos alunos, Convidando-os a olhar suas experiências com uma outra lente, que não a familiar, o que alterará os significados já conhecidos. A escola pública tem mais fortemente, então, a responsabilidade da apresentação de conceitos e conteúdos herdados de nossa cultura, pois muitas crianças só terão acesso a esta herança, através de sua passagem pela escola, que deve então, abrir caminhos de acesso à cultura de maneira igualitária para todos e neste sentido, lutar contra os privilégios de uma classe social.

Na escola, são fornecidos os subsídios necessários para o desenvolvimento de múltiplas capacidades. Por meio dela, o indivíduo também adquire conhecimento de mundo, que norteia a sua vida em sociedade.

No entanto, vale ressaltar que as camadas populares tende a ter o poder aquisitivo mais baixo dificultando em alguns casos a inserção do sujeito a uma cultura mais proveitosa. Por essa razão, é dever da escola promover a cidadania, garantindo a inclusão de todos, independentemente das condições financeiras.

A esse respeito, Libâneo (1998), afirma que a escola deve assegurar a todos a formação, ajudando o aluno a transformar-se em um sujeito pensante, capaz de utilizar seu potencial de pensamento na construção e reconstrução de conceitos, habilidades e valores.

Assim, os serviços oferecidos pela instituição escolar precisam assegurar que o sujeito firme-se por meio das suas capacidades desenvolvidas, consolidando-se fora deste ambiente, podendo exercer sua independência e colocar em prática suas opiniões políticas, de forma crítica e participativa. Para isso, é essencial o compromisso do educador, que deve usar metodologias em sala de aula,condizentes com a realidade vivenciada pelos alunos.

> Para tanto, torna-se necessário ao professor, o conhecimento de estratégias de ensino e o desenvolvimento de suas próprias competências de pensar, além da abertura, em suas aulas, para a reflexão dos problemas sociais, possibilitando aulas mais democráticas, através de um saber emancipador. Pois, apropriar-se criticamente da realidade significa contextualizar um determinado tema de estudo, compreendendo suas ligações com a prática vivenciada pela humanidade. (LIBÂNEO, 1998, p. 42).

Este modo de pensar influencia os educandos, principalmente nas questões sociais, em uma visão mais democrática de escola, em que o conhecimento é mediado, e não imposto pelo professor. Isso favorece a participação do aluno que, com suas ideias, com suas experiências também contribui significativamente para o processo ensino aprendizagem.

3.1 Cultura escolar e familiar

É no processo de interação que escola e família vão se descobrindo como instituições diferentes em seu modo de ser e de agir, apesar de almejarem o mesmo objetivo: a formação do sujeito, com todos os subsídios necessários. A escola, entretanto, coloca-se à frente da família em seus conhecimentos, o que muitas vezes dificulta o relacionamento entre as duas.

Dessa forma, é essencial que a escola desempenhe sua função de formar cidadãos mais comprometidos com seu meio, mas sem deixar de reconhecer a cultura do seu aluno, adquirida e vivida no meio familiar, como fundamental neste processo.

> A escola precisa ser espaço de formação de pessoas capazes de serem sujeitos de suas vidas, conscientes de suas opções, valores e projetos de referência e atores sociais comprometidos com um projeto de sociedade e humanidade. (CANDAU, 2000, p. 13).

Nesse sentido, espera-se que a escola seja capaz de intervir, buscando mudanças na postura do indivíduo, para que este possa conquistar melhores condições de vida.

Muitas vezes, ocorre um choque de cultura entre a escola e o aluno, que pode ter concepções muito diferentes do que é conhecimento sistematizado. Por isso, cabe à escola procurar envolver o aluno, considerando os saberes que ele traz de suas experiências extraescolares, adquiridas no núcleo familiar e entre os amigos. De acordo com Candau (2000, p. 53, grifo do autor),

> A cultura escolar predominante nas nossas escolas se revela como “engessada”, pouco permeável ao contexto em que se insere aos universos culturais das crianças e jovens a que se dirige e a multicultural idade das nossas sociedades.

Fica evidente a discrepância entre a cultura da escola e as diversas maneiras de conhecimentos e expressões de grupos existentes fora do âmbito escolar. O conflito entre cultura escolar e cultura familiar tende a conduzir o processo ensino-aprendizagem em sala de aula com certa desordem de comunicação. O professor nega o contexto real em que seu aluno vive e tenta impor uma determinada autoridade, sem qualquer tipo de fundamento antes construído.

Esse tipo de comportamento do professor não surte o efeito esperado, o que pode acontecer é que os alunos permitam, temporariamente, a ele um pouco de atenção, mas logo esse momento tende a passar, fazendo com que haja uma dispersão. Alguns professores preferem atuar mais democraticamente, mas, nem mesmo agindo dessa forma, consegue obter autoridade o bastante para conquistar o respeito dos alunos. A esse respeito, afirma Freire,

> Qualquer que seja a qualidade da prática educativa, autoritária ou democrática, ela é sempre diretiva. No momento, porém, em que o educador ou educadora interfere na capacidade criadora, formuladora, indagadora do educando, de forma restritiva, então a diretividade necessária se converte em manipulação em autoritarismo. (FREIRE, 1996, p. 79).

Considerando a palavra do autor, fica entendido que o modo como o professor se comporta dentro de sala de aula não o afasta de seu objetivo maior que é o ensino, mas para alcançar tal fim é necessário que a sua postura de educador mude. Nesse contexto, é importante ressaltar que atitudes do professor ao intervir na construção das habilidades do aluno e no seu desenvolvimento criativo pode ter um efeito contrário. Por essa razão, a escola e a família devem dividir suas obrigações sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão (REGO, 2003). As duas são diretamente responsáveis pela mediação e construção do saber dando condições para que os processos de instrução sejam aperfeiçoados.

Percebe-se hoje um desencontro de opiniões, isto é, cogita-se sobre quem tem ou não tem responsabilidades sobre a educação do sujeito. A escola, por sua vez, depara-se diante de muitas questões difíceis, associados à falta de respeito

às normas de convivência e do mau comportamento do aluno, havendo necessidade de um repensar da prática pedagógica.

Nos estudos de Vasconcellos (apud SOARES, 2013 [n.p.]) pode-se perceber

> [...] que, cada vez mais, os alunos vêm para a escola com menos limites. [...] Com suas remotas experiências como estudantes, e a desorganização da classe que os filhos relatam, os pais exigem da escola uma postura autoritária. Assim, [...] é preciso ajudá-los a compreender que existem alternativas para garantir a disciplina na escola, que superam [...] tanto o autoritarismo, quanto ao espontaneísmo.

Debater essas questões é essencial para que sejam repensadas as situações difíceis vividas pelos alunos na escola, no que diz respeito à indisciplina. Para tanto, a escola deve levar em conta os tipos de cultura em que estão inseridas as famílias de seus alunos, como elas estão estabelecidas, e como lidar com a especificidade individual de cada uma. Como destaca Parolin (2010, p. 14) “Sabemos que a família está precisando da parceria das escolas, que ela sozinha não dá conta da educação e socialização dos filhos”.

O efeito causado pela relação escola e família, quando elas resolvem competir entre si, é desastroso, repercutindo negativamente no aprendizado da criança, como ressalta Parolin (2010, p. 14) sobre essa questão: “os professores afirmam que as posturas familiares são adversas às posturas que adotam na escola com os alunos, como agravante em termos das suas aprendizagens”. Diante de tais dificuldades, discute-se qual caminho deve ser tomado para que família e escola consigam trilhar, unidas, um caminho favorável aos educandos.

Ao considerar a importância de uma atitude mais participativa da escola, entende-se que a resolução para esta questão seja aproximar família do ambiente escolar, por meio de estratégias criativas que sejam eficientes, que não tenham a função apenas de “comunicar”, mas de compartilhar conhecimento delegando funções, buscando, juntas, construir e reconstruir suas estratégias de ensino, sempre visando à missão de educar.

A esse respeito, Parolin (2010, p. 36) afirma: “a qualidade do relacionamento que a família e a escola construírem será determinante para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as instituições”. Portanto, a responsabilidade da família com a organização escolar é essencial, e está previsto no conjunto de leis brasileiras, nas

Diretrizes do Ministério da Educação a partir dos anos 90. Isso é contemplado pela Constituição Federal.

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 159).

Diante disso, compreende-se que a educação acontece tanto no ambiente familiar como em ambientes de cunho mais formal, como é o caso da escola, e também no trabalho. Ressaltando-se a responsabilidade do Sistema Estadual e da família.

Atualmente, a legislação tem dado maiores benefícios tanto para família quanto para a escola e as relutâncias estão sendo contestadas, para que as instituições familiar e escolar procurem compartilhar as decisões de ordem administrativa e também as responsabilidades pedagógicas. Assim, vê-se a necessidade de a família manifestar maior atenção pelas ações que os filhos realizam na escola. Lopez (2009, p. 77) enfatiza os deveres dos pais:

> -Devem manter contatos periódicos com os professores para ter conhecimento constante do processo educativo;
> -Prestar a colaboração que lhes for exigida por parte dos professores para tornar mais coerente e eficaz a atuação escolar, tanto no campo acadêmico estrito como no mais amplo das atitudes e dos hábitos de comportamento que se pretende fomentar como parte do projeto educacional da escola.

Por isso, cabe à família realizar um acompanhamento do ensino da criança, do modo como é oferecida a educação na instituição escolar. O resultado dessa parceria é o melhor desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem do educando.

Dessa forma, refletir sobre educação é pensar na importância de funções de um ser humano para o outro, é meditar sobre o alcance do aprendizado de cunho moral e da vida intelectual. E é na convivência escolar que os valores éticos são trabalhados, o que implica refletir sobre o papel da escola na busca da qualidade educacional. De acordo com Toro (2002, p. 25):

> A escola tem a obrigação de formar jovens capazes de criar, em cooperação com os demais, uma ordem social na quais todos possam viver com dignidade. Para que seja eficiente e ganhe sentido, a educação deve servir a um projeto da sociedade como um todo.

É notável o crescimento de uma instituição educacional quando as pessoas que fazem parte dela desempenham um papel imprescindível na

participação das atividades escolares e assim conseguem realizar seu objetivo maior de educar com qualidade, tornando os alunos mais críticos e comprometidos com o meio em que vivem.

3.2 Problemas do ambiente escolar

A escola ao longo dos tempos vem enfrentando dificuldades. Com as transformações ocorridas na sociedade, alguns comportamentos por parte dos alunos merecem uma atenção especial, como por exemplo, a violência por agressão física ou moral aos colegas, pela colocação de apelidos maldosos, a “zoação”, ou mesmo, pela danificação dos materiais escolares, por baterem nos colegas, etc. Alguém pode sofrer durante muito tempo esse tipo de violência sem que a escola ou a família perceba, o que agrava o problema.

Contudo, esse tipo de comportamento começou a ganhar notoriedade em decorrência de algumas situações trágicas ocorridas em diferentes lugares do mundo, abrangendo jovens que, de maneira violenta, invadem as escolas, assassinam pessoas e tira a própria vida, circunstâncias que tudo isso é uma reação diretamente vinculada aos maus-tratos sofridos na escola.

A violência que vem acontecendo nas escolas refere-se à conduta agressiva, demonstrando de maneira clara dificuldades de alguns alunos tem em conviver socialmente. Esse tipo de atitude varia em seu modo de ser, podendo ser perturbações interpessoais ou mesmo chegando a ações consideradas criminosas. Fante (2005) acentua de maneira clara o termo *bullying*, auxiliando no entendimento:

> [...] *bullying* é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotando por um ou mais alunos contra outro (s), causando dor, angustia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de dados físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do “comportamento *bullying*” (FANTE, 2005, p. 28-29, grifo do autor).

A conduta cruel é a característica que melhor define o *bullying,* onde os que são considerados mais fortes se utilizam de artifícios para intimidação e agressão do, que esta em posição de vitima. Estas situações muitas vezes são resultantes de causas externas, onde qualquer tipo de mediação das Instituições

educacionais e seus colaboradores não surtam o efeito esperado que também é o de socialização entre os sujeitos.

O professor precisa estar voltado com sua atenção a ações violentas que podem ocorrer dentro da escola, pois esse tipo de atitude interfere de maneira negativa no desenvolvimento cognitivo e socioafetivo dos alunos. As vitimas desse tipo de violência ficam sujeitas a algumas mudanças de postura, como timidez extrema, acompanhada da falta de iniciativa na solução de problemas.

De acordo com Silva (2010), as consequências do *bullying* escolar são as mais variadas possíveis e dependem muito de cada individuo, da sua estrutura, de suas vivências, da predisposição genética, da forma e da intensidade das agressões. No mais, o *bullying* causa muito sofrimento nas vitimas, em menor ou maior escala. Quem sofre *bullying* levará marcas para toda uma vida, com as lembranças das agressões, dificultando também na vida adulta. Por isso, é importante um acompanhamento de profissionais capacitados, como psicólogos e psiquiatras, para auxiliar na superação. A integração entre família e escola tende a favorecer no processo de pacificar as relações entre os adolescentes e crianças no convívio escolar.

3.3 Integração escola e família para prevenção do *bullying*

A escola, de maneira alguma, conseguiria resolver esse tipo de mazela social sozinha. Ela precisa urgentemente do apoio de todos os envolvidos no contexto real da vida do aluno. De acordo com as linhas da LDB, sendo a educação dever do Estado, da família e da sociedade, as medidas para a escola enfrentar a questão do *bullying* podem ser:

- Não fingir que o problema não existe.
- Capacitar os professores para ações de diagnósticos e encaminhamento adequados.
- Produzir debates sobre o tema com toda a comunidade escolar.
- Compartilhar, com os pais, a identificação do problema e envolvê-los em estratégias preventivas.
- Engajar Conselhos Tutelares, promotorias Públicas, Varas da infância e da juventude, Delegacias da Criança e do Adolescente e Pastorais Religiosas no enfrentamento do problema.
- Pedir apoio de consultorias externas, de especialistas (psicólogos, sociólogos, assistentes sociais etc.) com o intuito de obter uma compreensão adequada do problema.
- Elaborar, coletivamente, agendas de atividades através das quais os alunos possam construir e expor sua sociobiografia. Esta medida pode

> melhorar o padrão das relações interpessoais e atenuar as angustias e descompensações que, muitas vezes, se apoderam dos jovens. (BRASIL, 2004a, p. 157).

Assim fica explícito o quanto é necessário o envolvimento de educadores, dos funcionários, dos familiares e dos estudantes. Essa união se torna indispensável para a realização de projetos de diminuição ou eliminação do *bullying* na escola. O engajamento de todos tende a determinar regras, direção e ações congruentes, procurando-se privilegiar a conscientização de todos, pelo apoio dado às vitimas, fazendo com que estas se sintam acolhidas. Também é essencial que se faça um trabalho voltado aos agressores, pois às vezes, estes praticam o *bullying* por já terem sido vítimas e por isso procuram vingança de alguma forma. Entretanto, a escola deve esforçar-se no sentido de proporcionar um ambiente saudável, com mais segurança para todos.

3.4 A respeito da lei no ambiente escolar

A instituição escolar nos últimos tempos vem enfrentando problemas, como o *bullying*, e fica evidente que a segurança esta cada vez mais difícil, o que pode comprometer a aprendizagem do aluno, que precisa se sentir seguro no ambiente escolar para que ele possa, de maneira sadia, desenvolver sua capacidade de aprender. Quanto à segurança da criança ou do adolescente no ambiente escolar, a Constituição Federal contempla, no Art. 227 que,

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 171).

Na mesma linha, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vem afirmar todo o direito ao indivíduo, garantindo também a liberdade, assim como o respeito, a dignidade e a educação, como se pode observar nos seguintes artigos:

> Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.
> Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

> Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
> Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2004b, p. 13 e 18).

Convém observar que a criança ou adolescente que agridem podem ter sido vítimas da falta de orientação e de uma educação que valorizasse o respeito pelo próximo, seja no âmbito familiar seja no âmbito escolar.

Assim, é importante observar que a agressividade no adolescente ou na criança é uma manifestação de alguma coisa que o desorganiza em seus sentimentos e que este precisa ser ajudado. É preciso entender o que acontecem sua vida, procurando as causas desses problemas de agressividade.

4 RELAÇÃO FAMÍLIA, ESCOLA E SOCIEDADE, QUE BENEFÍCIOS ISSO TRÁS?

A interação da sociedade na escola não pode gerar conflitos, não pode ser submetida a pressões de grupos em defesa de interesses pessoais, ou seja, não pode ser palco de discussões e disputas. Entretanto, as escolas não podem esquecer que os pais e os alunos são sujeitos do processo educativo e que na maioria das vezes, por não terem espaço, decidem por não compartilhar suas sugestões, que poderiam melhorar as ações vivenciadas na instituição educacional.

Nesse aspecto, incluir a sociedade na escola não é um trabalho fácil, por ela ser constituída de pessoas com valores e ideias diferenciadas. Por isso, é importante buscar métodos para envolver essas pessoas e estimularem-nas a participar da vida escolar de seus filhos, pois tanto a escola quanto a família têm um propósito em preparar para a sociedade cidadãos críticos, questionadores e que saibam cumprir seus deveres e buscarem, também, os seus direitos.

Diante disso, pode-se perceber que é missão da escola levar em consideração esse trabalho coletivo com a família e sociedade, pois dessa interação ocorrem visíveis resultados positivos e qualitativos que concorrem para a melhoria da educação. Como afirma Durkheim (1973, p. 52), “A educação não é um elemento para a mudança social, mas sim pelo contrario, é um elemento fundamental para a conservação e funcionamento do sistema social”.

Logo, é possível perceber que não adianta a escola trabalhar com propostas de ensino, se a família em casa fizer o contrário. Nesse sentido, os pais devem apoiar mais a vida escolar dos filhos, colaborando para um bom desenvolvimento e crescimento do educando. Segundo Tiba (1996, p. 140), “o ambiente escolar deve ser de uma instituição que complemente o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores de princípios muito próximos para o beneficio do filho/aluno”.

É importante sempre pensar primeiramente em como o educando se sente nos ambientes, casa e escola, para que, a partir disso, ambas procurem metodologias para promover uma boa relação, sendo o principal sujeito dessa preocupação “o aluno”, para que se sinta acolhido e respeitado nesses dois ambientes.

Criar os filhos, educá-los e prepará-los para atuar na sociedade em que se vive hoje é uma tarefa difícil e ao mesmo tempo gratificante e prazeroso, pois se trata de compreender que o ser humano a todo instante aprende coisas novas, nas mais diversas situações que o mundo lhe apresenta. Portanto, a família não deve entregar para a escola os seus filhos com a ideia de que só esta poderá educá-los e ensiná-los. Como aborda Gokhale (1980, p. 41),

> A família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação bem sucedida da criança na família é que vai servir de apoio a sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto. A família tem sido e será a influencia mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas.

E a partir disso percebe-se que, independentemente do grau de estudo dos pais e da família, os mesmos devem iniciar o processo de ensino aprendizagem, mostrando para a criança a importância do respeito e da obediência, ensinando-os também a gostar de estudar. Segundo Vieira (2006, p. 18).

> A função da família é a de tutelar a alma insipiente dos filhos; é ensinar com o exemplo; é perpetuar a herança da humanidade e a herança de se mesmo, é praticar a vinculação metafísica de homem a homem para fazê-la depois com Deus, é dar os primeiros conceitos básicos sobre a vida.

Por meio desta afirmação, fica claro que a família é mesmo a base para a construção de valores e ideais do ser humano logo cedo. Portanto, se a família não se organizar para construir bons valores, seus filhos não terão um futuro promissor. Nesse sentido, família e escola devem andar no mesmo caminho, pois vida familiar e vida escolar se complementam a todo instante. Como aborda Santos (2013, p. 14), “Cabe aos pais e a escola, a preciosa tarefa de transformar a criança inexperiente em cidadão madura, participativo, atuante, consciente de seus direitos e deveres, possibilidades e atribuições”.

Portanto, percebe-se que é essencial que não haja diferenças entre ambas, e que as mesmas reconheçam o seu valor perante a sociedade e saibam dar a verdadeira importância às suas atividades e compromissos, pois no momento em que a escola e a família se juntam e somam forças, muitas realidades tristes e desanimadoras que se tem em sala de aula desaparecem. No entanto, é necessário que realmente haja esse comprometimento da família, para que os alunos construam através desta nova realidade sentimentos de afeto, igualdade e companheirismo e que percebam que a escola e os profissionais que estão inseridos

nela são a continuação da família, para que o seu desenvolvimento ocorra da melhor forma possível.

A escola é também um lugar institucional de educação para a formação da cidadania, não apenas como lugar de informações, mas sim como degraus de uma caminhada em que a família, escola e a sociedade são a base para que os alunos/filhos sempre vejam que as oportunidades estão ao alcance de quem as busca. Segundo a afirmação de Moraes (1977, p. 36):

> Não podemos continuar produzindo uma educação onde as pessoas sejam incapazes de pensar e de construir seu conhecimento. Na nova escola o conhecimento é produto de uma constante construção, das interações e de enriquecimentos mútuos de alunos e professores.

É importante que o comprometimento e o trabalho coletivo de ambas as instituições estejam visíveis para sociedade, mas, para que isso aconteça, é primordial que a sociedade também faça parte desta criação de novos cidadãos críticos e pensantes, pois isso trará mudanças expressivas, fará com que o aluno sinta-se membro de uma relação social sadia e fraternal, uma vez que o processo de lecionar e adquirir conhecimento não são experiências vivenciadas somente dentro do ambiente familiar ou escolar, pelo contrário, estão inseridos também nos ambientes de lazer, na Igreja, nas praças, etc. Onde há pessoas, a informação, o ensinar e o aprender estão presentes. Segundo Alencar (1993, p. 18),

> A produção do fracasso escolar advém de comprometimentos na estrutura da família e da escola e do próprio sistema político e econômico de nossa sociedade. Fracassando-se a educação, podemos interpretar que se dificulta, pra dizer que se fracassa também, o processo de construção da cidadania.

A partir desta afirmação fica fácil perceber que os valores do mundo social, onde as crianças estão inseridas, ajudam na fixação distinta e prazerosa, contribuindo para que, futuramente, sirva de exemplo com sua maneira de agir, formando sua personalidade, seu desenvolvimento pessoal e intelectual, refletindo no cidadão que virá a ser, em que todas as experiências vivenciadas em ambas colaboraram para que esse cidadão cresça e evolua como homem de conhecimentos distintos.

4.1 O papel do professor para a sociedade

O professor é tido como o agente da transformação. Ele tem o seu lugar essencial para a constituição de uma sociedade melhor e mais justa, pois é mediador da educação básica até a educação superior, aperfeiçoando e descobrindo conhecimentos, tendo como base o saber prévio dos alunos, para que com isso possa construir novos saberes.

Todavia, percebe-se que os professores ainda têm muitas dificuldades em ensinar e repassar informações, e que mesmo em pleno século XXI, a educação ainda não conseguiu obter um avanço significativo para dar suporte as crianças e adolescentes desta geração. Na maioria dos casos, o ensino continua sendo tradicionalista e isso dificulta a aprendizagem dos alunos. Portanto, é de suma importância que o professor tenha a consciência de que ele próprio deve mudar essa situação, para que as mudanças e conquistas aconteçam.

O professor está cercado de recursos e pode contar com as novas tecnologias de informação e comunicação, pois os alunos necessitam de que esteja sempre atualizado. Como afirma Durkhein (1973, p. 125), “os professores ocupam uma posição estrategicamente central e sensível nas sociedades contemporâneas, em particular nas dimensões do desenvolvimento e da mudança social”. A partir disso, percebe-se que o papel do professor é muito complexo, repleto de pós e contras, pois formar cidadãos conscientes é uma função difícil, devido a várias ideias e atitudes, mas também é maravilhoso perceber que o esforço, a dedicação e os ensinamentos do professor podem transformar a realidade triste de uma criança em uma oportunidade de está vencer na vida. Como afirma Freire (1996, p. 45),

> Por isto, o dialogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca das ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Pode-se perceber que, através de um diálogo carinhoso e meigo, o professor pode conquistar todos os seus alunos, fazendo com que sintam confiança em interagir e demonstrar suas dificuldades e potencialidades, proporcionando uma relação amistosa, que os tornarão pessoas confiantes para atuar na sociedade.

Portanto, o professor deve assumir-se enquanto profissional, tendo interesse constante com as práticas sociais, com as mudanças. Seu papel deve estar sempre em constante transformação. O professor deve utilizar várias metodologias e deve ter autoridade para poder ensinar e ser respeitado. Porém, não deve impor medo, procurando fomentar a aquisição dos valores éticos e humanos indispensáveis para a convivência social.

De acordo com Gomez (2000, p. 39),

> A função do professor é ser o facilitador, buscando a compreensão comum no processo de construção do conhecimento compartilhado, que se da somente pela interação. A aula deve se transformar e provocar a reflexão sobre as próprias ações, suas consequências para o conhecimento e ação educativa.

A partir desta afirmação fica mais claro ainda, a importância do professor na vida dos alunos e na construção de uma sociedade mais igualitária, sendo que este deve instigar a curiosidade, o interesse e fazer também com que os alunos reflitam sobre suas ações desde cedo. A relação estabelecida entre professores e alunos deve ser sempre constituída de autoridade, respeito e afetividade com todos, sem excluir nenhum dos alunos, pois o professor é visto como aquele que dá força e estímulo, como aquele que desperta nos alunos a motivação e o interesse pelos estudos. Conforme Libâneo (1994, p. 250),

> O professor não apenas transmite uma informação ou apenas faz perguntas, mas também houve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a se expressar, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e as opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo á atuação do professor.

Pode-se observar, então, que o professor contribui com a família e a comunidade em todas as situações relativa à atuação dos alunos nos aspectos sociais, psicológicos e estruturais. Ao professor e à escola cabem desfazer as amarras que impedem o ensino de qualidade ao educando, fazendo com que este desenvolva sua capacidade intelectual que, por muitas vezes, permanece adormecida, por falta de um estímulo apropriado. Nesse contexto, o que jamais pode acontecer é o professor induzir o aluno a pensar como ele, pelo contrário, este deve ser um mediador na construção do conhecimento, na base do diálogo.

> O educador é aquele que, tendo adquirido o nível de cultura necessário para o desempenho de sua atividade, dá direção ao ensino e a aprendizagem. Ele assume o papel de mediador entre a cultura elaborada, acumulada e em processo de acumulação pela humanidade, e o educando. O professor fará a mediação entre o coletivo da sociedade (resultados da

> cultura) e o individual do aluno. Ele exerce o papel de um dos mediadores sociais entre o universal da sociedade e particular do educando. (LUCKESI, 1998, p. 45).

O comprometimento e o profissionalismo do professor é o que vai mudar e fazer a diferença na vida escolar dos alunos, da família e da sociedade. Com essas qualidades, ele consegue obter ótimos resultados no processo ensino-aprendizagem.

4.2 Os programas de governo, contribuição com a educação

Com efeito, a pobreza, as desigualdades e a exclusão social têm se constituído objeto de preocupação atualmente. Como se pode constatar pela atenção do governo às camadas menos abastadas do país. Isso não deve ser tratado de forma isolada e setorial, mas como problema nacional, que atinge milhares de famílias que, por não terem uma renda familiar digna, preferem se auto-excluir e excluir também seus filhos, retirando-os da escola e colocando-os para trabalhar, para que a renda familiar possa melhorar. Entretanto, além dessa prática ser contra a lei, em alguns casos, os pais têm muitos filhos pequenos, que ainda não têm condição de trabalhar, persistindo de forma cruel e dolorosa a pobreza e suas consequências.

> A partir da Constituição de 1982 o fenômeno da pobreza ganhou status e dimensão de problema nacional, compromisso que foi estendido às três esferas de governo, e também à sociedade. A Nova Carta estabeleceu o compromisso de erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, sendo competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o combate às suas causas, fatores de marginalização e a promoção da integração social dos desfavorecidos (CF/88, Art. 23, Inc. X), momento em que surgem as políticas públicas. (BRASIL, 1988, p. 12).

Como se pode perceber, o governo, a partir desse período, já passa a querer mudar a situação da população mais carente, tornando a pobreza um problema visível e tentando-o abolir da sociedade. Atualmente, por exemplo, foi criado o programa beneficiário Bolsa Família. Segundo Campbell (1992, p. 10),

> Esta ideia parte do princípio de que nenhum cidadão pode ter seus direitos violados, e isto inclui a garantia de não pobreza e de não miséria, cabendo indenização pelo Estado sempre que houver violação dos direitos fundamentais constitucionais.

O autor ratifica que todos têm o direito a uma vida digna, condição financeira adequada e que é dever do estado proporcionar essa melhoria aos cidadãos, cumprindo diretamente com suas obrigações para diminuir ou, se possível, erradicar as desigualdades sociais. Como diz Troster e Mochon (1994, p. 209), "é uma política que compreende um conjunto de medidas cujo objetivo principal é modificar a redistribuição da renda entre os indivíduos ou grupos sociais".

Pode-se refletir que quando se fala em transferência de renda, menciona-se uma forma estratégica que busca garantir uma base favorável de vida para todos os indivíduos, dando igualdade na distribuição de renda.

O governo, ciente de suas obrigações e vendo os problemas sociais do país, busca soluções para que essas famílias possam ter uma vida digna, uma alimentação mais saudável e proporcionar o direito à educação para seus filhos. Com isso foi criado o programa Bolsa Família, em outubro de 2003, um programa federal de transferência de renda, que beneficia famílias desfavorecidas.

Vê-se que o programa Bolsa Família contribui para a diminuição do alto índice de pobreza, porém o mesmo não deve ser visto como a única solução dos problemas sociais brasileiros. Pois como afirma Pereira (1987, p. 10),

> [...] a política social é um processo que se vai dando no interior da necessária reciprocidade entre a determinação econômica e a vontade política de classes e grupos sociais antagônicos, face aquela determinação mediante pressão diferenciada junto ao Estado por mudanças que lhe sejam particularmente favoráveis.

Portanto é importante que a família não se preocupe apenas com os benefícios desse programa, mas, sobretudo em fazer com que seus filhos frequentem a escola regularmente, acompanhando-os sistematicamente no desenvolvimento de seu processo ensino-aprendizagem.

O referido Programa é realizado com a participação do Governo Federal, Estados e Municípios. Em relação à gestão do Programa, o Art. 8º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, estabelece o seguinte:

> A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social. (BRASIL, 2004c, p. 115).

Pode-se perceber que o programa Bolsa Família envolve níveis de governo de suma importância, sendo: a União, o Estado e os Municípios, que

participaram da execução do programa, buscando assim colaborar para o desenvolvimento socioeconômico das famílias carentes.

> [...] conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros – e as intervenções de ordem emergenciais, muitas vezes chamadas de políticas compensatórias. Limitar-se a estas últimas, quando as políticas estruturais seguem gerando desemprego, concentrando renda e ampliando a pobreza – significa desperdiçar recursos, iludir a sociedade e perpetuar o problema (LUIZ INACIO LULA DA SILVA apud SILVA e SILVA, 2007, p. 117).

Diante da fala de Lula, pode-se considerar como políticas estruturais aquelas que possuem importância para diminuir a fome e outros descasos, por meio do aumento da renda familiar, diminuindo a desigualdade, universalizando os direitos sociais e partilhando o acesso à alimentação de qualidade.

Outro programa importante criado pelo governo foi Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), em 2005, e reestruturado em 2008, sendo denominado Pro Jovem Integrado. Este programa é uma extensão da Política Nacional da Juventude e divide-se em quatro modalidades de ensino voltados aos jovens de diferentes perfis. Cada uma é gerida por um órgão Federal, mas sempre conta com as parcerias dos Estados e dos Municípios.

O intuito do Programa Projovem é consolidar a proteção e o direito ao desenvolvimento dos jovens no meio social, preocupando-se em incluí-los nos serviços socioassistenciais, mantendo-os longe da violência, do desemprego e da falta de oportunidades, buscando fazer com que os optem pelo caminho do bem, do estudo, do trabalho, não tendo tempo para se envolverem no mundo das drogas, da prostituição e da desconstituição familiar e pessoal, pois é sabido que, sobretudo, os jovens de classe média baixa estão mais expostos a essas formas de violências. Como afirma a Resolução CNE/CEB nº 3/2006, art.: 8:

> Os Participantes do curso de Pro Jovem moram nas cidades brasileiras e encontram se excluídos da escola e do trabalho, apresentam marcas de discriminação étnico-racial, de gênero, geracional e de religião, revelando trajetórias pessoais diferenciadas, marcadas tanto por experiências de riscos e situações de violências, geradoras de autodesvalorização e construtora de identidades coletivas marcadas pela exclusão social (BRASIL, 2005, p. 44).

É possível compreender, portanto, que o Programa Pro jovem é como um espaço de oportunidade, que está interessado em oferecer possibilidades de mudanças, buscando conscientizar em primeiro lugar os jovens da sua importância

na sociedade. Pois de acordo com a perspectiva dos idealizadores desse Programa, este componente curricular tem por objetivo, contribuir com os jovens, contando com o auxilio do educador da ação comunitária, assim de acordo com a Resolução CNE/ CEB n° 3/2006, em seu artigo 25,

> Cabe ao educador de Ação Comunitária o planejamento e a implementação das atividades de Ação Comunitária, realizando o mapeamento de oportunidades de engajamento social na comunidade, identificando atuantes organizações da sociedade, movimentos sociais, comunitários e juvenis, programas da rede pública sócio-assitencial, de saúde, de educação e de cultura, articulando contatos, visitas e possibilidades de parceria de interesse dos jovens. (BRASIL, 2006, p. 44).

Com isso é possível perceber que deve partir dos organizadores do programa o reconhecimento dos direitos e deveres dos jovens, para que estes jovens se tornem questionadores e críticos, desenvolvendo se de forma positiva e ativa no meio social, despertando cada dia mais os seus potenciais e deixando para trás seus medos, auto-preconceitos e participando de decisões, para que ocorram mudanças construtivas no espaço juvenil. Contudo, precisam do apoio de órgãos responsáveis para que essas mudanças aconteçam, como afirma Abreu (2004, p. 170):

> A função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática.

Diante desta afirmação, percebe-se que as pessoas que trabalham em prol da Juventude devem ser pessoas comprometidas, responsáveis e determinadas em realmente fazer a diferença, lutando para que a juventude semeie e colha futuramente bons frutos através do seu desempenho e determinação.

O programa Projovem é composto por quatro modalidades que contribuem para criar o perfil de um Jovem comprometido, sendo elas: O Projovem Adolescente, que inclui os jovens de 15 a 17 anos e oferece oportunidades sociais e educativas, para criar condições de inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional, podendo inscrever-se nesta modalidade os adolescentes de famílias beneficiarias do Programa Bolsa Família.

O Pro jovem Urbano, que se destina a jovem de 18 a 29 anos, os quais, apesar de alfabetizados, não concluíram o Ensino Fundamental; o Pro jovem do Campo – “saberes da terra” –, que integra as políticas de Educação do Campo e da

Juventude, desenvolvidos pelo Ministério de Educação (MEC), dando a oportunidade aos jovens excluídos do sistema formal de ensino, para concluírem o Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrando a qualificação social e profissional.

O Projovem Trabalhador, que prepara os jovens para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Deste podem participar jovens de 18 a 29 anos que sejam membros de família com renda mensal percápita de um salário mínimo. Nos termos do regulamento, o jovem tem que estar cursando ou ter finalizado o Ensino Fundamental ou Médio.

Portanto, pode-se concluir que o Pro jovem é o programa de governo que atualmente tem se preocupado em incluir de forma unânime todos os jovens, dando oportunidades para que os mesmos possam conquistar e defender os seus direitos.

Além dos programas supracitados, tem-se ainda Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Governo Federal, criado em 1996, cujo objetivo é contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho infantil no país, e tem como foco inicial retirar as crianças e adolescentes de 07 a 14 anos do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, aquele trabalho que coloca a saúde e a segurança das crianças e adolescentes em risco.

Percebe-se, então, o interesse do governo em oferecer possibilidades ao acesso e à permanência na escola, fazendo com que a criança possa conhecer uma realidade mais tranquila e encantadora, que se encontra no ambiente educacional, por meio das atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer, em que se promove a interação amistosa. Este programa é um complemento da escola, ou seja, uma jornada ampliada:

> A criança e o adolescente são pessoas em desenvolvimento e tanto lhe conferem proteção integral que deverá ser garantida através de políticas sociais publicas que permitam o nascimento e desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (BRASIL, 1988, p. 44).

Portanto, é possível compreender que, desde o nascimento, a criança já possui direitos que devem ser respeitados, para que possa futuramente se tornar uma pessoa democrática e responsável por suas ações, para que a ideia do passado (de que a criança era apenas um objeto, uma tábua rasa) não volte jamais a se repetir na história da sociedade. Entretanto, para que isso aconteça, é necessário tirar as crianças e adolescentes do trabalho infantil e da exploração.

Como afirma Alberto (2002 p.17) “O trabalho infantil existe desde a Antiguidade Clássica, variando no curso da historia as razoes e finalidades da utilização de crianças e adolescentes e diversos tipos de trabalho”. Com isso, fica claro que esse problema já vem de décadas passadas, em que as crianças e adolescentes eram obrigados a trabalhar, cujos serviços eram muito cobiçados, por não questionarem seus direitos.

Alguns adolescentes com o seu trabalho até recebem alguma contribuição pela exploração de seus serviços, porém, tão insignificante que não dá nem para a alimentação. Mesmo assim, para não ficar sem essa parca contribuição, alguns saem da escola e começam sua vida de trabalhador precocemente.

Nesse contexto, o Programa PETI oferece benefícios para que as crianças e adolescentes sintam interesse em participar da escola, passando a conviver com as demais pessoas, e contando também com a participação da família, que precisa saber qual é o real sentido dessa colaboração, para que não seja considerada apenas como uma troca de benefícios com a presença das crianças e adolescentes na escola.

Nesse sentido, como afirma Barros (2005, p. 15).

> Dotar as famílias de meios, sem garantir que possam efetivamente utiliza-los para a satisfação de suas necessidades, não é uma política eficaz. Assim, tão importante quanto assegurar a família acesso aos meios de que necessitam é dar-lhe a oportunidade de usa-los, de participa-los de ser coautor de seu protagonismo.

Diante disso, espera-se que com os cursos ofertados pelo PETI, que haja a participação de todos os membros das famílias, que a socialização e o interesse das crianças e adolescentes em participar da escola, aumentem cada vez mais, para que futuramente possa-se construir uma sociedade com direitos iguais.

5 RELAÇÃO FAMÍLIA, ESCOLA E A APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

5.1 As concepções mais antigas de aprendizagem e suas dificuldades

No período do tradicionalismo, a aprendizagem da criança acontecia por imitação, devendo esta prestar bastante atenção ao ouvir o professor, para que mais adiante pudesse reproduzir, pois o modo de reprodução, tal qual para o professor, era o modo de aprendizagem era concebida.

Nesse contexto, a boa avaliação era aquela em que o aluno reescrevia tudo o que o professor havia dito. Se acontecesse do aluno não conseguir decorar a matéria, ele tinha grandes dificuldades de aprendizagem, “não tinha jeito para os estudos”. “A psicopedagogia tem como meta compreender a complexidade dos múltiplos fatores envolvidos nesse processo”. (RUBINSTEIN, 1996, p. 127).

Com o passar dos tempos, passou a acreditar que o conhecimento estava no interior do aluno, para isso, era preciso fazer com que este fosse externado de alguma forma. Assim, tudo era aproveitado em sala de aula, um simples comparecimento, ou uma assinatura em uma avaliação já era motivo para que o aluno ganhasse “pontos”.

Entretanto, o aluno precisa de um modelo, pois esse será o seu ponto de partida para ver, ouvir, discutir, imitar para ter aprendizagem. É a partir do lado interpessoal que começa a aprendizagem, ou seja, em seus relacionamentos estabelecidos em suas convivências, ao se tornar subjetivo nas sínteses do aprendiz. Desse modo, deve ficar claro que a aprendizagem ocorre em um momento de clima emocional propício, em relação ao que está aprendendo com o ambiente, com o educador e com os colegas. Assim, todo o contexto social será conectado a esse movimento.

Aprender, portanto, é dedicar-se ao conhecimento e permitir ser modificado, transformado como instrumento pessoal, para viver e conviver. E, hoje, a sociedade quer que a escola insira pessoas no mercado de trabalho prontas para os desafios que vêm surgindo nos novos tempos, indivíduos devidamente instrumentalizados, de forma complexa, para intervir e desvelar em seu cenário social. Também se entende como instrumento o conhecimento, que é fundido com toda a ação do aprendizado em questão. Então, eles se transformam nos sonhados

cidadãos, sempre aclamados pela educação, conhecedores de seus direitos e deveres, vivendo-os de forma efetiva em seu contexto social, ao mesmo tempo em que os educadores ouvem os pedidos da sociedade em favor de melhorias educacionais. Há também um apelo por parte dos educadores, que querem tempo para desenvolver, com exatidão e excelência, o seu trabalho; tempo para aprender, amadurecer, para ser e para ensinar.

Parte do princípio de que a criança em desenvolvimento de aprendizagem ela primeiro imita, o que faz parte de suas relações e socializações, para depois reelaborar suas vivências, então é necessário que educadores devidamente fundamentados envolvam a família e que tenham isso como pressupostos bem claros, para que se criem os ambientes sistematizados que tornem possível a aprendizagem, a casa da criança deve ser uma extensão do processo de aprendizagem da escola e para isso os pais devem fazer parte dessa parceria. “Para o pensador sistêmico, as relações são fundamentais”. (CAPRA, 1997, p. 47).

Nesse contexto, ouve-se falar que é preciso “levar em consideração o conhecimento prévio do aluno”, mas o que se sabe é que pouco, realmente não se pode saber os caminhos que levam aos pensamentos de uma criança, não há um ponto de partida certo para o “ensinar a aprender”. Todos constroem muito mais além do que os modelos e representações estabelecidas e elaboradas com que o mundo lhe propõe.

> Assim a psicopedagogia poderia considerar o ser humano como uma unidade de complexidade, ou seja, como um ser pluridimensional com uma dimensão racional, uma dimensão afetiva/desiderativa e uma dimensão relacional, esta última implicando um aspecto contextual e um aspecto interpessoal. Este ser seria sujeito na construção do conhecimento e de sua própria autonomia e, ao mesmo tempo, determinado pelas dimensões racional, desiderativa e relacional que o constituem. (SILVA, 1998, p. 30).

A importância do pedagogo no decorrer da aprendizagem da criança, é fundamental a sua participação que deve entender como acontece todo o processo educacional. Durante a sua prática em sala de aula, deve também desenvolver, ao mesmo tempo sentimentos recíprocos com os discentes.

Nesse contexto, a intenção do professor remete-se a um conjunto de procedimentos que vai desde as diversas formas de aprendizagem, as modalidades de ensino, a sua trajetória histórica de vida que se deve levar em consideração, as metodologias e didáticas devem compor ao contexto de vida dos alunos para que

seja feito o confronto com a realidade integrando os conteúdos ao seu modo de saber e aprender.

Trabalhar somente um desses aspectos de forma isolada é ineficaz, pois dividiria o que de fato não deve ser trabalhado de forma separada, o indivíduo cognitivo é o responsável por sua própria aprendizagem, por isso é autor de si mesmo. Porém, para que esse aprendizado em construção ocorra na prática, essas crianças necessitam de que pais e a escola reconheçam a importância do seu papel na vida delas, devem exercer sua autonomia e autoridade, dando-lhes o afeto necessário e o mais importante, sabendo separar as discórdias existentes dos próprios conflitos dos seus filhos.

Pais e educadores devem entender que cada um tem sua forma de aprender e no seu tempo, as diferenças que os fazem serem únicos não deve ser como algo classificado ruim ou bom, pois em sala de aula não existe homogeneidade, não são iguais. As pessoas não nascem para fazerem só os outros felizes, mais para fazerem-se felizes, de acordo com o seu jeito de ser.

Pois durante o processo de ensino aprendizagem muito são os fatores que influenciam o aprendiz em ter bons resultados ou até mesmo chegar ao fracasso escolar e por sequência a evasão, a metodologia, o ambiente escolar, e a relação que o indivíduo tem com a família são questões que implicam na construção do conhecimento.

Sabe-se que cada um tem suas diferentes maneiras de aprender, as competências e habilidades, é desenvolvida de acordo com a exigência de cada contexto, deve-se compreender portanto, que existe as diferenças de pessoa para pessoa, se a escola compreende as necessidades do aluno e corresponde as suas expectativas relacionando ao seu ciclo de convivência fora da escola, o seu papel de formar cidadãos conscientes esta sendo cumprida.

5.2 A família e a escola

A família e a escola têm como responsabilidade preencher as lacunas expostas na sociedade e também indicar seus objetivos perante a mesma, através do seu enorme campo de princípios e suas abordagens.

Cada família tem suas ideologias e objetivos, seus mitos e seus medos, suas crenças e hábitos. Defeitos e qualidades isso são critérios que sempre fazem e farão parte do meio familiar; em seu espaço de convivência onde se constrói e fortalecem os laços afetivos, a criança vai se diferenciando a partir das caracterizações do contexto social fora do seio familiar, do meio familiar ela parte para a convivência escolar, ou seja, ela vai apreendendo e simbolizando a própria existência por meio da linguagem, responsável por promover a possibilidade de interlocução.

De acordo com o que a criança vai interagindo a sua autonomia será despertada mediante as consequências de sua rotina, ao mesmo tempo em que vai em busca de seu próprio crescimento pessoal, também o seu aprendizado ocorre de forma social de forma individual:

> Não há dúvidas de que o desenvolvimento de capacidades de resiliência nos sujeitos passa através da mobilização e ativação das capacidades de ser, de estar, de ter, de poder e de querer, ou seja, pela sua capacidade de autorregulação e autoestima como rasgo essencial da pessoalidade. As pessoas, mesmo aquelas que têm carências e necessidades especiais, são imensamente ricas, dispõem de enormes recursos, são sujeitos de poder e de querer, de vontade imensurável. (TAVARES, 2001, p. 52).

O aprendizado deve ser fruto da parceria entre escola e família, que proporcionam e promovem as mudanças favoráveis e desfavoráveis, que constroem e desconstroem suas verdades no que diz respeito à natureza dos aprendizes, crianças e jovens.

As regras familiares devem ser acompanhadas de convívio afetivo, acolhedor, para a própria compreensão de suas funcionalidades em seu interior. A aceitação de regras ajuda na convivência, para compreender-se o que está no entorno de seu cotidiano. É em família que a criança tem suas primeiras aprendizagens e vínculos propícios para o seu desenvolvimento, formando seu próprio jeito de aprender. Portanto, cabe aos pais e professores observar esses detalhes, para promover um ambiente respectivo ao seu estilo de aprender.

6 A RELAÇÃO FAMLIA E ESCOLA NA UNIDADE INTEGRADA JOÃO SILVA

6.1 Caracterização da escola-campo

A escola foi criada pelo Decreto nº 391, no dia 20 de agosto de 1989, está situado na rua Travessa 15 de novembro s\n Centro, na cidade de Chapadinha – MA. A mesma recebeu este nome, para exaltar à mãe de uma grande professora da cidade, Denise da Silva Machado, a mesma prestou trabalho para a educação Chapadinhense. A princípio, funcionava em um barracão de moradores do bairro. Somente após dois anos de funcionamento, teve seu prédio próprio, que foi inaugurado no dia 29 de março de 2001, sob a administração do então prefeito, Dr. Magno Augusto Bacelar Nunes.

O quadro geral de funcionários é: 1 (uma) gestora, com curso superior em Letras, 1 (uma) supervisora, também formada em Letras 14 (quatorze) professores, sendo que 7 (sete) com formação em Pedagogia, 3 (três) formados em História, 2 (dois) com Magistério e 1 (um) formado em Letras; 4 (quatro) Vigilantes, com Ensino Médio completo, e 6 (seis) Auxiliares de Serviços Gerais, sendo 2 (duas) com Magistério e 4 (quatro) com Ensino Médio Completo. A escola oferece, no período matutino, Ensino Fundamental, do 2º ao 5º ano, e no vespertino, Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano.

A comunidade onde a escola está inserida apresenta características semelhantes à realidade sociocultural da cidade, principalmente no que se refere à religiosidade, pois também cultua aos santos do bairro vizinho e a Padroeira Nossa Senhora das Dores. A comunidade escolar João Silva recebe uma clientela carente, necessitada de atenção, para poder sobreviver livre das questões sociais degradantes, como a droga, a violência e os transtornos comportamentais.

A escola é bem ventilada, com luminosidade adequada, espaço propício para proporcionar aprendizagem adequada; os móveis e carteiras, porem, não são muito adequados para as crianças. Recentemente, passou por uma reforma, recebendo apenas uma demanda de tinta. Possui 1 (uma) sala de professores, para reuniões, servindo também de espaço para a biblioteca; 1 (uma) cantina, para o preparo de merendas, 2 (dois) bebedouros,6 (seis) salas de aula,1 (um) banheiro para pessoas com necessidades físicas, 3 (três) banheiros masculinos, 3 (três)

banheiros femininos, 1 (um) banheiro para funcionários, 1(um) depósito, e um pátio, mas com espaço muito reduzido para as brincadeiras na hora do recreio.

A escola encontra-se em um terreno que poderia ter sido muito mais aproveitado para as horas de lazer e, até mesmo, com mais salas de aula, para suportar a demanda de matriculados.

6.2 Análise dos dados da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Unidade Integrada João Silva[3], nos meses de setembro e outubro, com o intuito de conhecer melhor como se dá a relação, família e escola, e quais os benefícios dessa integração entre ambas, considerando-se que o sucesso dessa relação tende a tornar o aluno um ser mais crítico e seguro diante das possibilidades encontradas no seu dia a dia e contribuir para seu futuro.

A pesquisa tem caráter qualitativo, e durante todo o processo de excussão, procurou-se compreender o principal objetivo, ou seja, como estava acontecendo à participação dos pais na escola, de quais meios a escola se utilizava para integrar a família ao ambiente escolar e, consequentemente, na aprendizagem do aluno, entender quais razões levam os pais a se distanciarem da educação dos filhos, em que isso tem prejudicado as ações educativas.

O conteúdo exposto no presente trabalho foi obtido através de entrevistas direcionadas à gestora (APÊNDICE A), aos professores (04) (APÊNDICE B), aos alunos (10) (APÊNDICE C) e aos pais ou responsáveis (10) (APÊNDICE D). As classes contempladas foram o 2º, 3º, 4º e 5º, do turno matutino, em que os professores apontaram alunos para que fossem feitas as entrevistas, cujo principal intuito foi de analisar, através das respostas, o quanto é necessário e essencial a parceria entre escola e família, buscando-se também sensibilizar os entrevistados do seu papel na escola, em prol de uma educação com mais qualidade.

6.2.1 Análise das respostas da gestora e dos professores

Sobre as questões que envolvem a iniciativa da escola em facilitar a relação escolar e familiar, ressalta-se a fala da gestora:

[3] Unidade Integrada João Silva, nome fictício dado para preservar a identidade original da escola-campo.

“Reunião, houve uma reunião no começo e agora estamos pretendendo fazer outra, com os pais”.

Reuniões com pais dos alunos sempre foi um dos pontos principais para um contato mais próximo entre essas duas instituições. Esse tipo de atitude do gestor ao proporcionar esse momento no ambiente escolar é de grande relevância:

> Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda reciproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais interesse pelas coisas da escola, chega-se a uma divisão de responsabilidade [...]. (PIAGET, 2007, p. 50).

É neste sentido que se espera apoio dos familiares junto aos educadores que os pais demonstrem maior responsabilidade com a educação do filho e que esta aproximação se torne ampla e seja sempre fortalecida pela solidariedade.

No que se refere a projetos que envolvam os pais no ambiente escolar, e o que destaca a gestora em sua fala: *“Não temos nenhum projeto voltado para a participação da família em si”.*

A falta de ações voltada para integração da família no ambiente escolar tende a promover muitas dificuldades no relacionamento de parceria, provocando certa ociosidade dos pais em querer se aproximar por iniciativa própria das questões escolares que interfere na aprendizagem do aluno. De acordo com Muller, (2006, p. 59),

> A responsabilidade de criar um clima social positivo e nutritivo corresponde a todos os atores do sistema. Sem embargo, é à instituição educativa desde seus estamentos técnicos e gestores, a quem prioritariamente cabe a responsabilidade de planejar espaços para refletir sobre a relevância do clima social no rendimento dos alunos e na satisfação no trabalho por parte dos docentes.

Uma gestão presente e participativa na escola expressa por suas ações a importância que a educação significa para mesma, motivar os familiares a compartilhar atividades é o que se espera de um líder assim como firmeza e compromisso com a educação de cada criança.

Um ponto necessário questionado é de que forma vem sendo a relação da escola com a família, e o que a gestora tem a evidenciar: *“É uma relação regular justamente pela falta dos pais que não procuram à escola a gente sempre que quer falar manda um bilhete convidando”.*

As dificuldades encontradas pela escola em se aproximar da família são as mais diversas e isso tende a piorar, quando os pais não demonstram tanto interesse em saber sobre a aprendizagem da criança, com a falta de atitudes de envolvimento no meio escolar. De acordo com os apanhados de Paro (1993, p. 68) ainda carecem de encaminhá-la de forma efetiva: “parece haver, uma falta de compreensão por parte dos pais, daquilo que é explanado na escola; por outro lado, uma falta de habilidade dos professores para promoverem essa comunicação”. A percepção que os pais têm sobre a educação dos filhos parece se diferenciar da compreensão da escola, e esta não demonstra esforço nenhum em orientar os familiares sobre a excelência do conhecimento.

Assim, não havendo esta relação quais são as maiores dificuldades encontradas por falta dessa aproximação, de acordo com as palavras da gestora: *“Com certeza na aprendizagem, agora mesmo tinha uma mãe que a gente mandou chamar que o menino, ‘vou te contar’, ele bagunça mesmo”.*

De acordo com as palavras da gestora, percebe-se que quando não há uma relação de parceria entre a família e escola, as dificuldades em sala de aula para conseguir uma aprendizagem satisfatória são muito grandes, muitas vezes tornando-se improvável, pois os valores éticos e humanos que também deveriam ter sido aprendidos em casa acabam sendo negligenciados, deixando-se toda a tarefa para a escola:

> A importância da primeira educação é tão grande na formação da pessoa que podemos compará-la ao alicerce da construção de uma casa. Depois, ao longo da sua vida, virão novas experiências que continuarão a construir a casa/individuo, relativando o poder da família (LANCAM, 1980 apud BOCK, 1989, p. 143).

O ensino recebido em casa, com pais e outros membros da família, precisa dar respaldo ao que a instituição escolar virá complementar. Nesse sentido, através de um bom relacionamento com os educadores, a criança terá uma predisposição mais afinada para aprender.

A respeito do conhecimento da escola sobre o contexto de vida do aluno, a gestora afirma: *“Em alguns alunos a gente conhece bem, a gente sabe, os professores conhecem e a maioria é daqui da comunidade mesmo”.*

É de suma importância que os educadores conheçam o contexto de vida em que os alunos estão inseridos, pois a proximidade contribui para o ensino em sala de aula, conhecendo a realidade do seu aluno, isso o ajuda nas suas

metodologias, na hora da aprendizagem, e cria laços afetuosos que auxiliam, criando um clima de segurança e respeito.

A esse respeito, afirma Antunes (2000, p. 20): “Todas as relações familiares e profissionais devem ser envolvidas pela afetividade, em todas as idades ou nível sociocultural”. A aprendizagem está muito ligada as suas interações com o meio, conhecer como o aluno vive é fundamental para vínculos que são necessários para se chegar ao aluno com mais segurança.

Referente aos problemas de aprendizagem os pais são participados e orientados a intervir nessa realidade, a gestora esclarece em suas palavras: *“Sim, mas nem todos, mas também tem uns pais que gostam de acompanhar a vida escolar do filho, tem uns que vem, mas tem outros”.*

É importante que a escola sempre comunique aos pais os problemas relacionados com a aprendizagem dos filhos, para estes possam intervir, junto com a escola, procurando meios de ajudar a criança na solução de seus problemas. De acordo com as afirmações de Parolin, (2010, p. 55)

> No entanto, a escola tem um papel importante e singular na constituição do sujeito, papel, aliás, que tem aumentado significativamente ao longo dos tempos, já que cada vez mais as crianças ficam mais tempo na escola e aos cuidados dos professores. A escola é parceira da família na construção do cidadão, pois é ela a instituição que tem a peculiaridade de ser fortemente socializadora tanto do conhecimento quanto das experiências e entre pessoas.

É nesse contexto que se espera contribuição das duas instituições consideradas de maior relevância na vida do educando e que juntas possam desenvolver um cidadão mais critico em relação à vida profissional e pessoal de acordo com sua realidade.

A respeito da participação dos pais no ambiente escolar, e o entendimento da gestora: *“É muito pouca da pra contar nos dedos da mão”.*

Nestas palavras percebe-se que ainda falta mais comprometimento por parte dos familiares, que compreendam o quanto é importante o interesse pela escola onde seus filhos estudam e, principalmente, sobre sua aprendizagem. Diante do exposto acima se percebe que:

> É importante reunir, para conversarem, os profissionais que atendem a criança, a família e os professores e coordenadores pedagógicos da escola que frequenta, para que seja traçado, para cada caso, uma linha de ação em termos de responsabilidade da escola, da família e dos profissionais que lidam com a criança. O que deve permear essa reunião é a coerência entre

> as diferentes propostas e as possibilidades concretas de se realizar o que se propõe. (PAROLIN, 2010, p. 73).

A escola nunca poderá substituir a família no que se refere aos valores que a criança precisa para seu desenvolvimento pleno. Por essa razão, a escola precisa apresentar ações que integrem a família, criando situações favoráveis para o educando.

Reportando-se sobre a interação escola e família, qual o conceito que se tem sobre a união dessas duas instituições, e o que destaca a gestora em seu entendimento: *"Pode e deve dar certo, a vida familiar da criança interfere muito na escola e a maioria que a gente vê são pais separados então isso gera um conflito na mente da criança, em casa e na escola ele não vai ter noção das coisas vai ser desmantelado essa é a verdade".*

Como relata a gestora, a relação entre essas duas instituições é fundamental para que o aluno venha a construir seu conhecimento, mas alguns fatores interferem negativamente, como os conflitos gerados no seio da família, que desorganizam o pensamento dos alunos, confundindo os seus sentimentos em meio a um ambiente emocionalmente desequilibrado. Assim sendo, as dificuldades de assimilação na aprendizagem escolar podem estar ligadas a fixações emocionais. (NOVAES, 1970, p. 145).

A sensibilidade dos educadores pode ajudar muito o aluno a passar por problemas emocionais. O afeto nesta relação pode ser decisivo, ou quando não, os mesmos podem encaminhar seus alunos a uma ajuda profissional, tudo isso feito com a participação da família, que precisa saber e também auxiliar.

No que se refere a experiência da gestão em observar o interesse dos pais em participarem das reuniões sempre que convocados, ou a maioria vem quando o assunto é os benefícios do governo, a gestora pontua em sua fala que: *"Para isso sempre aparece, essa é a realidade, mas eu espero que seja pela aprendizagem não pelo beneficio".*

É notável o comparecimento dos pais nas reuniões, quando o assunto é o benefício do governo. Esse tipo de atitude por parte dos pais tende a uma demonstração negativa sobre a educação dos filhos. É necessário que os pais tomem consciência e valorizem em primeira instância a educação, para que a aprendizagem dos filhos possa ser promovida todos os dias em sala de aula. Keller-Laine (1998), Sanders e Epstein (1998) enfatizam que é necessário planejar e

implementar ações que assegurem as parcerias entre estes dois ambientes, visando à busca de objetivos comuns e de soluções para os desafios enfrentados pela sociedade e pela comunidade escolar.

A vida financeira de algumas famílias tende a ser um ponto chave para a falta de interesse, sendo necessário que a escola reflita sobre estas questões, procurando buscar meios de envolver os pais, já que, apesar das diferenças entre estas duas instituições, elas têm uma mesma finalidade.

A respeito de parcerias entre a gestão e os professores na promoção e interesse da aprendizagem em sala de aula, esclarece a gestão que: *“Sim, existe e é correto que tenha essa parceria.”*

Vê-se a necessidade cada vez maior de uma parceria entre a gestão, professores, pais e os demais que fazem parte da escola, que devem compartilhar ações e tomarem responsabilidades nos projetos desenvolvidos pela escola. Como afirma Libâneo, Oliveira e Toschi (2005) e Gadotti (1994), em uma gestão democrática pais, alunos, professores e demais funcionários assumem cada qual a sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. As tomadas de decisão na escola devem sempre ser participativas, envolvendo toda a comunidade nesse processo.

No que remete aos professores e o conhecimento que eles têm sobre os pais e responsáveis dos alunos, observa-se nas falas das professoras (“P1”, “P2”, “P3” e “P4”,) que:

Nas palavras das professoras, “P1”, “P2” e “P3”, *“fica enfatizado o maior conhecimento sobre os que vêm à escola com mais frequência”*

“P4”*: “A maioria não conheço, quando é assinatura dos boletins é o tempo em que eles aparecem mais a gente pediu que eles falassem com os pais que viessem por que até o presente momento ainda não tinham comparecido ainda nós já estamos quase encerrando”.*

A responsabilidade tanto dos pais quanto dos professores tem muita relevância quanto ao futuro de uma criança; são distintas, mas elas se completam no intuito de formar um cidadão com todos os requisitos para atuarem na sociedade. Assim, a parceria que se espera tanto do professor quanto dos pais é de compromisso baseado em uma relação de confiança e respeito mútuo. A esse respeito, destaca Nogueira (2007), que pais e professores são os principais

responsáveis pela educação das crianças. Sendo assim, mas pelo que se pôde deduzir na pesquisa, ainda há certa resistência dos pais em estarem mais presentes na escola.

Sobre as estratégias utilizadas para comparecimento da família e o que as professoras vêm pontuar em suas palavras:

“P1”, “P3” e “P4”, relataram que usam sempre *“o bilhete para chamarem os pais à escola”.*

“P2”: *“Às vezes eu peço o numero do telefone pra chamar, pra falar um pouco deles pra dizer como eles estão”.*

O professor deve utilizar de todas as maneiras possíveis para que os familiares estejam presentes na escola, desde as ações mais simples às mais articuladas. Conseguir uma relação entre professores e pais não é uma tarefa fácil, requer uma grande iniciativa, não só por parte da escola, mas também dos pais que devem estar abertos ao diálogo. Como afirma Perrenoud (2000, p. 112-113), “A relação entre pais e professores não é tão simples [...] Quando as coisas dão certo, observa-se uma grande capacidade de cada parceiro em considerar o ponto de vista um do outro”.

Entretanto, é comum que a iniciativa seja sempre da escola, afinal é a instituição conhecedora das práticas pedagógicas que influenciam no processo de ensino. Mas o modo de chamar a atenção para escola precisa ser repensado, para que seja feito com eficiência e segurança.

No que diz respeito aos conflitos familiares em que o aluno possa esta passando, que por ventura venha atrapalhar seu desempenho em sala de aula, qual iniciativa tomar, as professoras P1, P2, P3 e P4 destacam em suas falas que:

“P1”, “P3” e “P4”: *“A estratégia usada nesta situação é sempre pedir o apoio das famílias utilizando o dialogo”.*

“P2”*: “Eu procuro dar mais atenção, dar mais carinho por que às vezes o que está faltando é o carinho, você percebe quando o aluno chega muito a lhe abraçar a criança esta nesta situação”.*

Como relatam os professores, é importante que tenham a sensibilidade de perceber quando o aluno apresenta problemas, para poder, em conjunto com os pais, intervir. Devem chamar os familiares para um diálogo, tentando entender o que pode está ocasionando dificuldades no educando. “A escola nunca educará sozinha,

de modo que a responsabilidade jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela é dada início. É preciso ter um diálogo entre escola, pais e filhos". (REIS, 2007, p. 6).

Toda forma de entendimento sempre passa pelo diálogo, em qualquer que seja a situação, em especial, neste contexto, pois a escola deve estar atenta e comunicar sempre os responsáveis sobre tudo que se refere ao educando.

Assim, é entendida a importância da educação nas respectivas pontuações feitas pelos professores:

"P1": *"É tudo, sem educação a pessoa não tem como ir muito longe na vida, ela é a base".*

"P2": *"A educação é em primeiro lugar ela vem para fazer parte em tudo na escola na família no meio ela está presente".*

"P3": *"É tudo mesmo, quem não tem educação não vai a lugar nenhum, isso que eu sempre falo para os meus alunos todos os dias".*

"P4": *"A educação é tudo sem educação não chegamos a lugar nenhum, para tudo nós precisamos de educação, como agir, como nos posicionar na vida".*

Como educadores, é essencial que os professores tenham a consciência sobre a educação, sobre o quão ela é importante na vida do ser, e que o seu trabalho é imprescindível na educação. Segundo Augusto Cury (2003), eles mudam paradigmas, transformam o destino de um povo e um sistema social sem armas, tão somente por prepararem seus alunos para a vida através do espetáculo das suas ideias. A primazia da educação é algo incontestável e o professor tem uma função difícil, que é ensinar a lidar com pessoas e situações diferentes todos os dias em sala de aula, para junto com o aluno construir uma melhor forma de conhecimento.

Referente à relação entre pais e professores e o que estes últimos pontuam nas suas palavras:

"P1": *"É uma relação boa, eles me ligam quando as crianças não podem vir".*

"P2": *"Até o momento os que eu conheço a gente se dá bem, eu recebo as pessoas bem".*

"P3": *"É dentro do possível, tem hora que eu altero tem hora que eu manero".*

"P4": *"Eu procuro ser amiga conversar ao máximo, quando eles chegam, procuro conversar amigavelmente, eu pergunto se está precisando de ajuda".*

Uma boa relação entre pais e professores tende a facilitar os processos educativos e também a ajudar em alguma desordem cognitiva que o aluno venha a apresentar, atrasando seu aprendizado. Tiba (2008) entende que se os pais acompanharem o rendimento escolar do filho desde o começo do ano poderão identificar precocemente essas tendências e, com o apoio dos professores, reativar seu interesse pela aprendizagem. Por isso, é tão importante que os educadores procurem cultivar uma relação de amizade, tentar ser prestativo, oferecendo ajuda, fazendo com que os pais vejam nos professores verdadeiros aliados.

Sobre a contribuição da gestora nessa parceria, de acordo com os professores:

"P1": *"Tem, com dialogo".*

"P2": *"Sim, ela ajuda quando pode, vem na sala quando pode".*

"P3": *"A gestão deixa muito a desejar, ela não é comunicativa".*

"P4": *"Olha já aconteceram duas reuniões com a secretaria de educação por falta da gestão não esta presente, inclusive já esteve presente o secretario de educação todos os professores chegaram a explanar a falar abertamente com ela presente".*

É imprescindível que o gestor da escola seja alguém que reforce os laços de cooperação, para que os professores se sintam amparados e comprometidos com o seu trabalho. Gestores que buscam cada vez mais métodos para melhor lidar com as questões educacionais:

> Para construir e ampliar os princípios de convivência democrática na escola, visando desenvolver o plano de gestão escolar, enfatiza-se o desenvolvimento de competências estratégicas superiores como fundamental para a sobrevivência de sua escola. E, para diretores é imprescindível um programa constante de estudos e reciclagem em áreas de importância estratégica para a escola. Vale reforçar a importância de um estudo sobre os conhecimentos necessários à direção para contribuir com desenvolvimento e adaptação da escola frente ao ambiente cada vez mais rapidamente mutante. Para isso podem ser úteis bons livros, cursos, seminário, vídeos, troca de informações via internet, ou qualquer outra forma de capacitação. (ALMEIDA, 2006, p. 66).

É indispensável um gestor que prime pela boa comunicação entre todos que fazem parte da escola, e que esteja sempre procurando se aperfeiçoar para a boa qualidade do ensino. Um gestor participativo é um ponto importante para

mudança de posturas de todos na escola. Assim, espera-se que o mesmo tome o controle da situação, posicionando-se como um líder autônomo.

Quanto à auto-avaliação profissional na educação, os professores evidenciam em suas falas que:

"P1": *"Olha eu me vejo uma pessoa cumpridora do meu dever, procuro ser muito amiga dos meus alunos".*

"P2": *"É muito difícil você se auto-avaliar, mas eu como profissional eu procuro sempre fazer o melhor".*

"P3": *"Eu faço o que eu posso dentro das minhas possibilidades".*

"P4": *"Com certeza, quando eu vejo que os meus alunos estão fracos eu fico me perguntando meu Deus onde foi que eu errei, alguma coisa pode estar errada, aí eu procuro vê onde esta o erro".*

É importante que o educador reflita sobre seu trabalho e tome consciência da sua importância. O professor que se auto-avalia, que toma para si responsabilidades condizentes com sua profissão, que verifica naturalmente suas práticas, tem a chance de refletir sobre elas. No entendimento de Tardif (2007, p. 223),

> Nessa perspectiva, acreditamos que as competências do professor, na medida em que se trata mesmo de competências profissionais, estão diretamente ligadas às suas capacidades de racionalizar sua própria pratica, de criticá-la, de revisa-la, de objetiva-la buscando fundamenta-la em razões de agir.

O profissional da educação precisa estar sempre se reinventando, pois as informações estão sempre em transformação, e o professor necessita está atualizado. Muitas vezes, ele precisa criar novas estratégias para que seu aluno aprenda e refletir sobre elas. Esse é um processo de aperfeiçoamento que todos os profissionais precisam ter.

A respeito da influencia da parceria entre família e escola no aprendizado do aluno, e os destaques dos professores a esta questão foi:

"P1" e "P3": *"A família influência muito na aprendizagem do aluno".*

"P2": "Eu sempre digo assim quando chega um pai na sala o filho fica tão bem comportado e procura fazer as atividades, quando chegam pessoas diferentes eles ficam agitados e chamando a atenção".

“P4”: “Com certeza, a família quando está presente acompanhando fazendo o seu dever, que é colocar seu filho pra estudar, tem um ditado que diz“uma andorinha só não faz verão”.

A parceria entre essas duas instituições só tem a contribuir com o ensino do professor, de modo que a escola jamais conseguiria transformar a sociedade sem intervenção da família. Entretanto, mediar o conhecimento não é tarefa fácil. Nas palavras de Chalita (2001, p. 120) “a responsabilidade de educar não é apenas da escola, é de toda a sociedade, a começar pela família”. Assim, fica evidenciado que a união entre escola e família é um dever a ser cumprido com mais responsabilidade. Elas devem estar sempre dispostas a contribuírem uma com a outra, havendo reciprocidade e laços afetuosos.

6.2.2 Análise das respostas dos alunos

A serem questionados com quais familiares os alunos moravam, percebe-se que há vários tipos de famílias formadas.

“A1”: *“Moro com minha avó, minha mãe e irmão”.*

“A2”: *“Moro com meu pai, mãe e irmão”.*

“A3”: *“Mãe, pai e irmã”.*

“A4”: *“Mãe e padrasto”.*

“A5”: *“Mãe, Pai, Tia e Irmãos”.*

“A6”: *“Pai e avó”.*

“A7”: *“Pai, mãe e avó”.*

“A8”: *“Tia, tio e primos”.*

“A9”: *“Mãe e irmãos”.*

“A10”: *“Avó, avô, tio e primos”.*

A família não pode ser definida em um conceito único. A partir das respostas dos alunos, pode-se perceber que muitos não convivem com pais, mães e irmãos, mas sim com outros familiares: avós, tios, padrastos, primos, o que leva a crer que ao longo dos tempos a estrutura e a modalidade familiar vêm se alterando e que tais transformações têm influenciado nas consequências do processo ensino-aprendizagem das crianças, de modo positivo ou negativo. Segundo Osório (1996, p. 81),

> A família pode se apresentar sobre três formatos básicos a nuclear, constituída pelo conjunto pai, mãe e filhos: a extensa, que é composta por membros que tenham qualquer tipo de parentesco: e a abrangente, que inclui mesmo os que não são parênteses, mas que coabitem.

Portanto, a família concebe um grupo social que influencia e é influenciado por outros membros e instituições, fazendo parte da sociedade atual de forma visível.

Quando questionados se a família participa da vida escolar deles, os alunos “A1”, “A2”, “A3”, “A4” e “A5” responderam: *“Sim, minha família me ajuda, sempre vai à escola, saber sobre o meu comportamento”.*

Porém outros alunos “A6”, “A7”, “A8”, “A9” e “A10” disseram: *“A minha família não me ajuda, não tem tempo, pois meus pais trabalham fora, os meus avós são analfabetos e os meus irmãos e tios não têm paciência”.*

Sabe-se que quando a família participa da vida escolar dos alunos/filhos, conseguem fazer com que os mesmos tenham um bom desempenho escolar, e quando isso não acontece o rendimento dos alunos pode cair.

Com base nas respostas obtidas pelos alunos, pôde-se observar que alguns pais vão à escola, se preocupam em participar, em saber do comportamento dos filhos; outros, porém não têm esta mesma preocupação, devido ao trabalho, a outros compromissos e acabam deixando a vida escolar de seus filhos de lado, gerando muitas vezes conflitos e desânimos por parte dos alunos. A esse respeito, afirma Estevão (2003, p. 241) “a criança cuja família participa de forma mais direta no cotidiano escolar apresenta um desempenho superior em relação a que os pais estão ausentes do seu processo educacional”.

Diante disso, fica claro que a família tem um papel fundamental no desempenho educacional do aluno, pois se esta participa, o resultado será positivo no desempenho escolar, na relação social, na interação e na amizade sadia com os demais, ao passo que, se não participa, a criança pode desenvolver problemas como: agressividade, mau comportamento ou, às vezes, passa a isolar-se das demais.

Outra pergunta, feita aos alunos, foi se os familiares os ajudavam nas atividades de casa, esse questionamento foi interessante, pois os alunos “A1”, “A2”, “A3”, “A4” e “A5” disseram: *“a minha família me ajuda, a minha mãe fica ao meu lado enquanto faço o dever, quando chega do trabalho senta comigo e pergunta o que tem pra fazer”.*

Os outros “A6”, “A7”, “A8”, “A9” e “A10”, não deram a mesma resposta, disseram: *“a minha família não tem tempo pra me ajudar, pois a minha mãe chega cansada da academia ou do trabalho, a minha avó não sabe ler”.*

É importante ajudar as crianças nas atividades escolares. A família deve sempre encontrar tempo para auxiliá-las, pois com isso conseguirão que se sintam mais motivadas com as atividades. Se a família está presente, ficando ao lado da criança, enquanto responde a sua tarefa escolar, por exemplo, tirando dúvidas, ela conseguirá aprender mais e não sentirá preguiça em estudar. Pois como afirma Ehrlich, (1995. p. 52, tradução nossa) “Quanto mais às expectativas dos pais, forem percebidas, tanto mais positiva a atitude geral do aluno frente à escola”.

Ao analisar as respostas dos alunos, percebe-se que algumas famílias preocupam-se em ajudar nas atividades escolares ficando ao lado delas, estimulando-as, porém em outros casos, a família não tem tempo, ou os pais não sabem ler, ficando ausentes, delegando a terceiros esta tarefa de acompanhamento. Sobre isso, afirma Parolin (2010, p. 68) grifo do autor em suas pesquisas com pais e alunos:

> Observo que, apesar das teorias que embasam a nossa prática educativa, os testemunhos vêm inflamados de emoção e distantes das teorias preconizadas. Essa realidade vivida não corresponde ao que os educadores gostariam de viver. Encontrei no tema lição de casa uma realidade que é vivida/sofrida e distante da idealizada. [...] Poucas escolas, educadores ou crianças falam bem e de forma construtiva dessa “tarefa”. Parece que a lição de casa está envolta em uma sombra que gera muita emoção e precisa ser clareada. Ela é, ou tem sido em muitas escolas e famílias, uma tarefa que não tem servido para nada, e não é responsabilidade de ninguém especificadamente.

É importante que as atividades escolares que os alunos levam para casa tenham significados e que também os pais não se sintam obrigados em ajudar seus filhos, mas sim que auxiliem com prazer e dedicação.

Surge também nos dias atuais, as ideias de como os alunos se comportam quando seus familiares os ajudam em seus estudos.

“Eu me interesso muito, gosto quando a minha família me ajuda nos meus estudos, sinto mais confiança”. Essa foi à resposta dos alunos “A1”, “A2”, “A3”, “A4” e “A5”. Enquanto os outros “A6”, “A7”, “A8”, “A9” e “A10” disseram: *“Sinto falta dessa ajuda, pois a minha família não tem tempo, e por isso preciso aprender sozinho”.*

Percebe-se pelas respostas dos alunos, o quanto é essencial à família ajudar nos estudos dos filhos, pois quando a família colabora, eles passam a estudar

mais, se preocupam em fazer os deveres, acham bom ter alguém próximo deles, interessam-se. Pois segundo Ehrlich (1995, p. 109, tradução nossa) “Com uma família envolvida uma criança pode perceber que ao ter certa dificuldade em sala de aula, haverá pessoas em sua casa que a apoie, e esta expectativa diminui a ansiedade frente às atividades escolares”.

Algumas crianças entrevistadas disseram o quanto é bom ter a família participando e ajudando-as, entretanto infelizmente em outros se percebeu a insatisfação, pois a família não tem tempo de ajudá-los, deixando-os de lado, dificultando, assim, o seu processo ensino-aprendizagem. Sobre isso, afirma Ehrlich (1995, p. 109, tradução nossa) “Com a família envolvida, uma criança pode perceber que ao ter certa dificuldade em sala de aula, haverá pessoas em sua casa que a apoie, e esta expectativa diminui a ansiedade frente às atividades escolares”. Assim, para um bom desenvolvimento nos estudos das crianças, é importante a colaboração, a dedicação e a paciência dos pais neste processo.

Sabe-se que o gestor de uma escola deve estimular os alunos, portanto os mesmos foram instigados sobre se a gestora incentivava-os nos estudos: todos os alunos entrevistados foram unânimes na resposta.

“Ela vai de vez em quando à sala de aula, pedir pra não fazermos bagunça, para brincarmos menos, diz pra estudarmos, se não vai falar para os nossos pais”.

É necessário que a gestora de uma escola tenha uma relação amistosa com os alunos, que converse com eles, os incentive a estudar e não vá à sala de aula apenas de vez em quando. Convém que também procure ser sempre prestativa, atenta e observadora aos pequenos detalhes que envolvem a escola que gerencia, fazendo com que seu trabalho promova mudanças significativas.

Diante das respostas dos alunos, pôde-se perceber que a gestora busca fazer o seu trabalho, mas deveria participar mais ainda da vida dos educando, dialogar mais, fazendo com que haja mais interação na escola, pois como afirma Chiavenato (2000, p. 70) *“*para fazer uma empresa ou um departamento produzir resultados, o administrador deve desempenhar funções ativadoras tais como lideranças e motivação”. Com essa ideia, pode-se notar que o gestor é o grande mediador para que as relações família e escola sejam conduzidas de forma prazerosa e qualitativa.

Sabe-se que o gestor, deve também manter uma boa relação com os pais de seus alunos, fazendo com que haja interação entre ambos, daí partiu uma pergunta para os alunos, a diretora mantêm uma boa relação com seus familiares?

As respostas foram de comum acordo entre todos*: "ela não conversa com a minha família e nem os conhece, de vez em quando é que ela pede o numero de telefone da minha casa para professora, e liga para falar quando estou mal comportado".*

A escola e a família devem caminhar juntas, e essa atitude de uni-las deve partir do gestor da instituição educacional, que precisa conhecer as famílias dos alunos, ter uma boa relação com elas e buscar, por meio dos encontros na escola, resolver situações-problema.

No entanto, ao refletir sobre as respostas dos alunos, é possível perceber que a gestora é muito afastada das famílias deles; conhece algumas pessoas, mas não tem uma relação de afinidade, e isso prejudica o desenvolvimento dos alunos e do ambiente educacional, pois devem partir da gestão a relação harmoniosa e sadia entre família e escola. De acordo com Luckesi (1998, p. 15), "é pela gestão que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto, consistência e coerência a ação educacional, a partir do paradigma, ideário e estratégias adotadas para tanto".

Portanto, o gestor, como bom administrador da escola, precisa ter coerência e dedicação para manter relações de afinidades e companheirismo com os pais dos alunos, para que assim ambos realizem um trabalho de qualidade.

É de suma importância que o docente seja prestativo, amigo dos alunos e dos pais, mantendo uma boa relação, portanto daí surge um ponto importante, qual seria a relação da professora com os familiares dos mesmos.

Os entrevistados foram sinceros, e disseram que a relação é boa, a professoras se preocupam em conversar com os pais, mandam bilhetes, ligam e são prestativas quando acontece alguma coisa.

O professor é o mediador da informação, mas também deve conhecer a realidade dos seus alunos, o convívio familiar e a cultura deles, para que possa integrá-los em suas aulas de forma crítica e participativa.

De acordo com os alunos, as professoras mantêm uma relação de amizade com as famílias, sempre conversando, se preocupando em avisar aos pais se algo não está bem e parabenizando os pais quando os alunos se sobressaem.

Esta forma de agir é que faz toda diferença em um ambiente educacional. Como afirma Luckesi (1998, p. 15),

> O educador é aquele que, tendo adquirido o nível de cultura necessário para o desempenho de sua atividade, dá direção ao ensino e a aprendizagem. Ele assume o papel de mediador entre a cultura elaborada, acumulada e em processo de acumulação pela humanidade, e o educando. O professor fará a mediação entre o coletivo da sociedade (resultados da cultura) e o individual do aluno. Ele exerce o papel de um dos mediadores sociais entre o universal da sociedade e particular do educando.

O professor deve ser amigo, compreensível e estimulador, buscando fazer o seu trabalho da melhor forma possível, conquistando sempre o carinho e respeito de seus alunos e dos familiares deles.

6.2.3 Análise das respostas dos pais ou responsáveis

Sobre se os pais ou responsáveis participarem da vida escolar das crianças:

"R1": *"De vez em quando eu vou à escola, eu participo das reuniões e também às vezes vou para fazer perguntas sobre o comportamento dele".*

"R2": *"Sim, eu acho importante".*

"R3": *"Participo, sempre que têm reuniões eu vou por lá".*

"R4": *"Sim, quando me chamam para as reuniões eu sempre vou".*

"R5": *"Sim, quando vou deixar e buscar ele na escola, às vezes converso com a professora".*

Os demais responsáveis também usaram as reuniões como motivos de participação na escola. Ao irem deixar as crianças, buscam informações com os professores sobre as mesmas. Assim, nota-se que a consequência de pais e responsáveis que não participam da vida escolar da criança, são devastadoras, resultando em péssimas situações. Diante da resposta dos pais, todos frequentam a escola, mas o interesse que demonstraram por essa questão sobre a própria educação das crianças é pouco. O comparecimento à escola só acontece com eventos esporádicos, como reuniões de pais e alunos, assinatura de boletins ou festas comemorativas.

> A estrutura familiar é um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem. Uma família é um sistema que opera através de padrões transacionais.

> Transações repetidas estabelecem padrões de como, quando e com quem se relacionar e estes padrões reforçam o sistema. (MINUCHIN, 1990, p. 57).

De fato, percebe-se a essência complexa da situação cotidiana de uma família que tem filhos com problemas de aprendizagem. Isso instiga os profissionais da educação a compreenderem os componentes invisíveis que atrapalham seu desenvolvimento educacional.

Foram questionados sobre a importância de cultivar a relação entre a escola e a família:

"R1": *"É importante saber o que eles fazem na escola".*

"R2": *"Sim, eu acho importante"*.

"R3": *"Sim".*

Todos de modo geral disseram que é importante saber o que acontece na vida de suas crianças quando estão longe de casa, por isso afirmaram que é importante manter essa relação com a escola.

A parceria que sempre deveria existir entre escola e família de fato é uma junção que daria muito certo se houvesse esse interesse de ambas as instituições. A realidade do fracasso e da evasão escolar está historicamente ligada a essa não parceria.

Todos os responsáveis de fato concordaram que essa relação é muito importante para que o êxito escolar da criança seja certo, mas o que se percebeu por parte dos entrevistados é que essa parceria fica por conta somente de palavras, sem atitudes intencionadas.

"Sob o impacto da necessidade de educar e, ao mesmo tempo, trabalhar e dar sentido e prazer às suas vidas, muitos pais acabam não entendendo o precioso lugar da escola e sua diferença do lar. (PAROLIN, 2010, p. 102).

O impacto de educar já é algo que virou necessidade, ao mesmo tempo deve ser algo prazeroso e que deve sempre ter o seu sentido, seja qual for das instituições que administre a educação. Alguns responsáveis acabam confundindo essa responsabilidade do educar, não sabendo diferenciar a escola do lar.

Foram indagados se é somente responsabilidade da escola educar suas crianças:

"R1": *"Não, não é da escola, eu acho que é só um apoio, a educação tem que vim também de casa".*

"R2": *"Não é só minha responsabilidade, também é 50% da escola".*

"R3": *"Não, as crianças estão nas mãos da escola mais a responsabilidade é nossa também".*

Apenas um responsável afirmou de forma oposta, que a responsabilidade é da escola, que a família não tem muito haver com isso. E os demais continuaram no seguimento das outras respostas.

A educação atravessa fronteiras, por isso não se resume à escola, vai muito mais além do lápis e do papel, complementando-se na construção do cotidiano, com o meio em que a cerca a criança. Nesse contexto, a família é um dos complementos dessa construção tão importante. A maioria das respostas é de que essa responsabilidade deve ser dividida e compartilhada entre as instituições. Entretanto, não foi o que se notou. Muitos pais não têm noção dessa importância e do quanto ela determina o futuro de uma criança. Sobre isso, afirma Pan (2003, p. 38):

> [...] o educar precisa ser compreendido com as exigências de uma participação ativa e transformadora de uma realidade extremamente complexa que se faz hoje e dia a dia. Precisa abandonar modelos prontos que apenas servem para enquadrar a justar as pessoas a valores dados previamente e buscar, junto com elas, novas maneiras de se relacionar, de pensar e de agir que permitam a livre expressão de suas personalidades individuais e valores particulares, de modo que estes contribuam para a compreensão maior da diversidade humana e da totalidade da existência por parte de todos os envolvidos no processo.

Na aprendizagem e sua construção deve-se respeitar o movimento de aprender, cada um em seu modo particular de se envolver, de forma emocional e cognitiva. Todos devem se envolver nessa perspectiva.

A respeito das atitudes da escola que lhe incomodam. E o que eles sugeriam para melhorar:

"R1": *"No meu ponto de vista a escola deveria ter alguém que olhasse as crianças na hora do recreio, porque ali é horrível, ele mesmo já chegou aqui dizendo que um coleguinha mexe muito com ele, ele não quis nem almoçar. Achei que fosse dar uma depressão nele".*

"R2": *"Não, não tenho nada a reclamar".*

"R3": *"Ensinar ele a lê mais, porque ele não sabe tá muito fraquinho".*

"R4": *"Tem coisas que devem melhorar, só que agora não vem nada na mente".*

"R5": *"Acho que eles não devem deixar as crianças muito solta".*

Para os demais tudo está bem, não exigiriam nada da escola.

A escola deve ofertar um ambiente próprio que contribua para a aprendizagem, que se vincule também ao cotidiano dos alunos e que sempre leve em consideração os seus conhecimentos prévios, compreendendo que são seres únicos e que têm infinitas dimensões no ato de aprender e de interagir com o próprio meio.

Entretanto, para a escola continuar sua jornada, não precisa somente do apoio do seu quadro de funcionários, mas também dos pais dos alunos, pois eles podem ajudar a avaliar a situação e apontar as dificuldades de ensino da escola, como disseram alguns responsáveis nas entrevistas. “Muitos professores parecem fazer questão de dificultar essa aprendizagem tornando-a uma “verdadeira charada, cujo sentido o estudante não chega a penetrar”. (SOUZA, 1991, p. 6).

O professor deve ser o mediador do conhecimento, e não dificultar a sua compreensão, pois ele não deve apontar apenas um caminho, através de sua metodologia e didática, deve apresentar um leque de possibilidades.

A importância da educação também foi questionada, e para eles qual seria o seu grau de importância para a vida das crianças:

“R1”: *“É mesmo importante pra tudo”.*

“R2”: *“É o nosso futuro”.*

“R3”: *“Ela é responsável por modificar e trazer coisas boas para a vida da pessoa”.*

“R4”: *“Pra mim é muito importe porque eu acho que a pessoa hoje em dia, tem que ter desde o começo, pra quem não tem principalmente filho de filho fica difícil”.*

“R5”: *“Ajuda a gente em várias coisas para o futuro”.*

“R6”: *“É muito importante para o futuro dela”.*

“R7”: *“A educação é o futuro de amanhã para nossos filhos, ela é conhecimento na vida do ser humano”.*

“R8”: *“É importante pra vida”.*

“R9”: *“É tudo pra vida dele e digo sempre isso pra ele”.*

“R10”: *“É boa pra tudo, muito importante”.*

A educação é a possibilidade do futuro promissor. Somente ela pode oferecer algo que ninguém pode tirar: o conhecimento; ela tira o indivíduo das mãos dos opressores e lhe confere conhecimento sobre seus direitos e deveres. Para os

responsáveis, a educação é importante sim, contribui para melhorar a vida de quem a recebe, e que não fica muito fácil para quem a descarta. Mas se essa consciência existe, por que não fazer mais por suas crianças? Esse resultado é nítido e evidente nas escolas, comprovado com o baixo índice de notas, e por fim pela evasão:

> O educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente como o outro no espaço de convivência. O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca. Ocorre como uma transformação estrutural contingente com uma história no conviver, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver da comunidade em que vivem. (MATURANA, 1999, p. 29).

Resta aos envolvidos empenharem-se em fazer o melhor para as suas crianças, recordando-se de seus ideais e sonhos de adolescência, os mesmos que os incentivaram a chegar onde estão, e que retomem essa caminhada em ajudar também seus filhos.

A respeito de suas contribuições para melhorar o desenvolvimento educacional das crianças:

"R1": *"Eu faço isso mais em casa ajudando com os dever que ele trás da escola".*

"R2": *"Eu ajudo em casa e pago o particular e cobro muito dele".*

"R3": *"Ajudando nas atividades que ele trás".*

"R4": *"Eu sempre fico no pé dele incentivando".*

"R5": *"Ajudando ela em casa com as atividades".*

"R6": *"Ela faz particular todos os dias, depois que ela foi pra lá que aprendeu a ler".*

"R7": *"Acompanhando nas tarefas de casa e ajudo no que precisar".*

"R8": *"Sempre que da ajuda a fazer as tarefa que ele trás".*

"R9": *"Ajudando ele a fazer as tarefas que trás da escola, e respondo tudo que ele me pergunta".*

"R10": *"Ajudo ele como posso em casa".*

Essa parceria entre escola e família é um vínculo que sempre deve está em constante construção, e sendo enriquecido a cada dia. E para que o ciclo não seja interrompido ou abalado por qualquer conflito, o primeiro passo é o diálogo, mas se uma das instituições quebra esse vínculo, o fracasso vem mais adiante.

Em suas respostas, os responsáveis contribuem como podem ou quando têm tempo. A verdade é que para se educar uma criança, não se faz isso só com palavras, mas com atitudes e sempre se deve tentar fazer o melhor.

> Entre o ensinante e o aprendente abre-se um campo de diferenças onde se situa o prazer de aprender. O ensinante entrega algo, mas para poder apropriar-se daquilo o aprendente necessita inventá-lo de novo. É uma experiência de alegria, que facilita ou perturba, conforme se posiciona o ensinante. Ensinantes são os pais, os irmãos, os tios, os avós e demais integrantes da família, como também os professores e os companheiros na escola. (FERNÁNDEZ, 2001, p. 29).

Se a criança sofre de algum transtorno, síndrome ou déficit de aprendizagem, também isso deve interessar aos responsáveis por ela e aos que a ensinam na escola, para que esta possa ser compreendida em sua subjetividade.

Sobre o rendimento das crianças, quando cai se eles cobram da escola quando não está bem:

"R1": *"Não cobro, porque se eu cobrar vão me cobrar também, ele tá com um monte de nota vermelha, quando eu fui assinar o boletim eu conversei com a professora e ela me disse, aqui é só um apoio, você também tem que contribuir em casa".*

"R2": *"Não cobro muito não, eu já pago o reforço pra ele mesmo".*

"R3": *"Tem vez que a culpa não é dos professores é dos alunos que não se interessam, a culpa não é dos professores é deles, o professor tá ali fazendo a parte dela".*

"R4": *"Ainda não, eu não fui lá cobrar, porque eu entendo e percebo que isso é da mente dele mesmo, a escola não tem culpa".*

"R5": *"Sempre que eu percebo que ela não tá bem nos estudos eu vou à escola e falo com a professora".*

"R6": *"Ela faz particular, e eu cobro mais lá, porque a escolinha é muito boa, e foi lá que ela aprendeu a ler".*

"R7": *"Até agora não deu pra eu cobrar, porque ela vai muito bem na escola, como eu a ajudo em casa na escola tem aproveito".*

"R8": *"Às vezes".*

"R9": *"Cobro principalmente agora que ele não tá bom na leitura".*

"R10": *"Nem sempre porque se não eles vão me cobrar".*

É função e obrigação da família e da escola zelar e cuidar da educação da criança, para que esta não caia no descaso, e que isso não vire rotina em sala de

aula, sem ter significado de conteúdo. Diante das respostas, alguns preferem fechar os olhos e fingir que tudo corre bem; outros, para não serem cobrados, preferem apontar que o único errado da situação é o aluno, que não se interessa em estudar, que, na verdade, é a vítima de toda essa situação.

> [...] desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se reforma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. ...Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 1996, p. 23).

O professor tem o dever de conhecer os seus alunos, compreendê-lo em sua singularidade e estabelecer um vínculo saudável com o mesmo, de forma a significar o que ele aprende e favorecer um campo emocional saudável na ação pedagógica.

Sobre o auxílio da Bolsa Família:

"R1": *"Recebo, por isso faço de tudo para ele não faltar".*

"R2": *"Recebo, quando ele falta eu falo com a professora, mais só quando tá doente".*

Todos afirmaram receber, e deram continuação às respostas acima, que sempre ficam atentos para que as crianças não faltem, para não perderem o benefício.

A evasão ainda não caiu em massa por conta da Bolsa Família, pois ainda há uma motivação muito grande em relação ao beneficio. Nisso eles sempre querem garantir que suas crianças não faltem e lutam para não perderem o que de fato realmente é importante para eles: o dinheiro do Programa.

7 CONCLUSÃO

Por meio do presente trabalho pôde-se perceber que a educação está intimamente ligada à interação entre família e escola, duas instituições consideradas importantes para a formação do sujeito, não só em níveis intelectuais alcançados pelos conteúdos ministrados em sala de aula, ou seja, no conhecimento mais sistematizado, que garante um raciocínio lógico.

Mas na transformação de um sujeito que contribua com uma sociedade mais igualitária para todos com valores e princípios apreendidos tanto no ambiente escolar como no seio familiar, e por meio desses ensinamentos o mesmo venha a se realizar na vida profissional promissora e também como cidadão responsável pelos seus atos.

O que se espera por meios das relações entre família e escola é que se consiga mudar a realidade da atual educação, resgatando-se os valores que crianças e adolescentes precisam para se tornarem seres que reflitam sobre o seu presente e tenham esperança no futuro.

É preciso formar jovens que façam a diferença no mundo, que proponham mudanças, que resgatem seu sentido existencial e o sentido das coisas (RICOEUR, 1960). Nesse contexto, percebeu-se que uma das razões pelas quais a educação se encontra em crise é a nova constituição de família e a falta de habilidades da escola em lidar com situações recorrentes desta realidade. Por conta dessas problemáticas se torna indispensável uma averiguação por parte do educador, que precisa conhecer a realidade dos seus alunos, principalmente com a colaboração das famílias, que também devem cooperar com os processos de aprendizagem na escola.

Portanto, durante todo o processo na construção desse trabalho em meio às pesquisas de fundamento bibliográfico como a pesquisa de campo obteve-se efeito satisfatório em conhecimentos significativo que contribuirão no exercício docente, as relações entre família e escola percebida e analisada de acordo com o modo de vivencia de cada um, em sua estruturação familiar e observado o contexto em que a escola em pesquisa esta inserida.

Um dos pontos fundamentais que se percebeu na realização das entrevistas foi o profundo desconhecimento dos responsáveis em entender o que

significa o sentido de participar na vida escolar do filho, a conversa foi tomada por um sentido sensibilizador onde a família pôde refletir sobre suas atitudes com relação a interação com a escola, assim como toda a escola em especial a gestão nas suas atribuições de um líder que precisa está engajado com toda a comunidade foi promovido ao mesmo e aos demais professores que antes de suas respostas refletissem sobre suas atitudes de realizações de ações que envolva a família.

Diante disso é importante que os educadores e gestores tenham métodos que estimulem o aluno a aprender, pois os mesmos devem levar em conta a realidade e ter acordos participativos com os pais e comunidade, podendo com isso melhorar a compreensão do educador sobre o contexto de vida dos pais, entender o cotidiano dos responsáveis na hora de planejar ações integradoras que propicie um compromisso continuo entre as duas partes estreitando os laços de parceria em busca de uma mesma finalidade.

No entanto, quando as práticas não forem sugeridas e executadas pela escola, os pais deverão em conjunto se reunirem e proporem oportunidades de cunho voluntario como aulas de reforço ou auxiliar nas artes plásticas, é nessa esfera de ações voluntarias que se espera perpassar as dificuldades entre a instituição escolar e familiar e diante disso demonstrar ao principal interessado que é o aluno/filho o empenho tanto da escola quanto da família em cultivar vínculos em prol de uma educação mais preparada que forneça todos os subsídios necessários para uma convivência em sociedade sadia e espera-se que essa educação possa intervir positivamente na vida do sujeito o tornando também um ser humano realizado com suas escolhas e projetos de vida.

Vale destacar que os processos de vínculos afetivos entre pais e professores devem ser incentivados pela gestão da escola, entende-se então que este novo modo de se fazer educação não cabe um líder de ações engessadas. É fundamental uma gestão que valorize a união entre professores, alunos, comunidade e todos que fazem parte da escola e em especial os pais.

E para que isso ocorra é necessária uma transformação na mentalidade de os segmentos da sociedade principalmente os que fazem parte diretamente da escola com intuito de alcançar uma mudança na mesma.

REFERÊNCIAS .

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº. 79, 2004.

ALBERTO, Carlos Nascimento Domingues. A dor da violência. In: SILVA, Lygia Pereira da (Org). **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: EDUPE, 2002.

ALENCAR, Eunice. **Novas contribuições da psicopedagogia de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 1993.

ALMEIDA, Luis Fernandes Oliveira de. **As relações humanas no convívio escolar**: o olhar dos profissionais da educação da rede pública estadual da cidade de Capela\ SE – Aracaju \ SE, 2006. 67 p. Trabalho de conclusão de curso – TCC (Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização em Educação e Gestão Administrativa). Faculdade Pio Décimo.

ANTUNES, C. **A construção do afeto**. São Paulo: Augustus, 2000.

BARROS, Nivia Valença. **Curso**: Capacitação para conselhos tutelares. Projeto SIPIA - ministrado na Faculdade de Administração – Niterói /UFF, 14, 15 e 17 de julho de 2005.

BOCK, Ana Mercês Bahia *et all***. Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 1989.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 3/2006**. Brasília:DF, CNE/CEB, 2006.

_____. **Resolução CNE/ CEB n° 3/2006**. A Ação Comunitária no ProJovem. Versão Preliminar, de 05 de setembro de 2005.

_____. **Lei 9.394/96** – Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: DF: MEC, 2004a.

_____. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. **Estatuto da Criança do Adolescente**. Brasília: MEC, 2004b.

_____. **Lei nº 10.836**, de 9 de janeiro de 2004c. Brasília DF, Congresso Nacional, 2004b.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Regime Jurídico Único Consolidado** (Lei nº 8.112,de 11/12/90). Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília: MARE, 1998.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado 1988.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces.** São Paulo, 1992.

CANDAU, Vera Maria (Org). **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1997.

CASTRO, Gilda de. **Professor submisso, aluno-cliente**: reflexões sobre a docência no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHALITA, Gabriel. **Educação**: a solução esta no afeto. São Paulo: Gente, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

COULANGES, Fustel de**. A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: direito de família. São Paulo: Saraiva, 2008.

DURKHEIM. Émile. **Educación y sociologia.** Buenos Aires: Editorial Shapire, 1973.

EHRLICH, Marc I. Parental involvement in education: a reviem and syntheesis of the literature. In: **Revista Mexicana de Analisis de la conducta**, 1995, vol. 7 n.1, p. 4969.

ESTEVÃO, C. **Escola e participação:** o lugar dos pais e a escola como lugar do cuidado. Ensaio, vol. 11, nº 41, 2003.

FANTE, Cleo. **Fenômeno *bullying***: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed. Campinas. Editora Versus, 2005.

FERNÁNDEZ, A. **Os idiomas do aprendente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática e qualidade de ensino. In: **Minascentro**, Belo Horizonte-MG, 28 a 30 de Julho de 1994.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**: parte geral. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva; 2005.

GEHLEN, Alexandra. **Conceito de família juridicamente falando**. Disponível em: <http://alexandra-gehlen.blogspot.com.br/2009/08/ensaio-do-artigo.html> Acesso em: 18 ago 2013.

GORZ, A. **Misérias do presente, riqueza do possível.** São Paulo: Annablume, 2004. Governo Lula. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, 2007. Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1513-1524, 2007 a.

GOKHALE, S.D. A família desaparecerá? In: **Revista Debates Sociais**. Nº 30, ano XVI, Rio de Janeiro, 1980.

GOMEZ, A. I. P. **A aprendizagem escolar:** da didática operatória à reconstrução da cultura na sala de aula. 4. ed. Porto alegre: Artmed, 2000.

GONÇALVES, Alfredo José. **Migrações internas**: evoluções e desafios. Estudos avançados. São Paulo, v.15, n.43,set./dez. 2001.

KELLER- Laine, K. **Parents as partners in schooling**: the current state of affairs childhood Education, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos**. Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

LOPEZ, Jaume Sarramona. **Educação na família e na escola**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 7. ed. São Paulo, Cortez, 1998.

MARIANO, Ana Beatriz Paraná. As mudanças no modelo familiar tradicional e o afeto como pilar de sustentação destas novas entidades familiares. Disponível em: <http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/20092/ana-beatriz-parana-mariano.pdf> Acesso: 20 fev 2014.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MA, Dessen, AC, Polonia-Paideia,2007-Scielo Brasil. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf> Acesso em: 15 ago 2013

MENDES, Estephane Priscilla dos Santos. **A importância da participação de todos nas decisões escolares.** Disponível em: <http://www.epepe.com.br/trabalhos/05/c-05/c5-02.pdf> Acesso em: 20 ago 2013.

MINUCHIN, S. **Famíliares**: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MORAES, M.C. **O paradigma educacional emergente.** São Paulo: Papirus, 1977.

MULLER, Neva Milicic. **Acredito em ti**: técnicas para desenvolver a auto-estima dos alunos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

NEF, Casarin. **Família e aprendizagem escolar.** Disponível em: <http://www.tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=565> Acesso em: 16 ago. 2013.

NEVES, Murilo Sechieri Costa. **Direito Civil 5**: direito de família. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

NOGUEIRA, Micheli Lima. **Comunicação entre pais e educadores**: refletindo sobre a experiência de uma turma. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, disciplina de EDU 2003, conclusão do curso de Pedagogia. Porto Alegre, 2º semestre de 2007.

NOVAES, Maria Helena. **Psicologia escolar**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

OLIVEIRA, José Lamartine Correa de; MUNIZ, Francisco José Ferreira Muniz. Curso de direito de família. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2002.

O PAPEL da escola e do professor na construção do saber critico do aluno. Disponível em:< http://www.artigonal.com> Acesso em: 20 ago. 2013.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família hoje**. Porto Alegre: Editora Artes Medicas, 1996.

PAN, M. **Ser integral**: uma experiência na pedagogia Freinet. Curitiba: Colégio Integral, 2003.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores**: a relação entre a família e a aprendizagem. São José dos Campos, São Paulo: Pulso Editorial, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1993.

PEREIRA, Larissa Dhamer. Políticas publicas de assistência social brasileira: avanços, limites e desafios. Disponível em: <http.//www.Cpihts.com/ PDF02/Larissa% 20 Dahmer% 20 Pereira. pdf> Acesso em 15 set de 2013.

PERRENOUD, Fhilippe. **Novas competências para ensinar**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação**. Rio de Janeiro. José Olímpio, 2007.

REGO, T. C. **Memórias de escola**: cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.

REIS, Risolene Pereira. In: **Mundo jovem**. São Paulo. Fev. 2002.

RICOEUR, P. **L'homme falible**. Paris: Seuil, 1960.

RUBINSTEIN, E. A especificidade do diagnóstico psicopedagógico. In: **Atuação psicopedagógica e a aprendizagem escolar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANDERS, M. G; & EPSTEIN, J. L. **International perspectives on school, family and community parternships**. Childhood Education, 1998.

SANTOS, Eliane Hartman dos. Escola e familia-viabilizando processos de integração. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/466-4.pdf> Acesso em: 12 ago 2013.

SILVA, M.C.A. **Psicopedagogia**: em busca de uma fundamentação teórica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Cartilha**: *bullying* – justiça nas escolas. Conselho Nacional de Justiça. Brasília, 2010.

SOARES, J. M. Família e escola: parceiras no processo educacional da criança. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/...,2012.planetaeducacao.com.br> Acesso: 12 ago 2013.

SOUZA, Júlio C. de Mello. **Matemática divertida e curiosa**. Rio de Janeiro: Record, 1991.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TAVARES, J. (Org.) **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

TIBA. Içami. **Quem ama educa.** Volume I e II. São Paulo: Interagem, 2008.

_____. **Disciplina, limite na medida certa.** São Paulo: Gente, 1996.

TORO, Bernardo. O que os novos pensadores têm a ensinar. **Revista Nova Escola**. São Paulo: Agosto. Ano 17. N.154, agosto 2002.

TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN, Francisco. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron, 1994.

VAITASMAN, J. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: direito de família. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, Cristina Coronha Lima. **Melhores pais, melhores filhos, educar pelo exemplo**: reflexões para pais e professores. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

WALD, Arnoldo. **Direito de família**. 13. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista com a gestora.

1º O que a escola tem feito para facilitar a relação entre escola e família?

2º A escola tem algum projeto que envolve os pais no ambiente escolar?

3º Como é a relação da escola com a família?

4º Se não há, esta relação quais são as maiores dificuldades encontrada por parte da falta de relação?

5º É de conhecimento da escola o contexto de vida do aluno?

6º Quando há um problema de aprendizagem os pais são chamados para esta realidade?

7º Como vem sendo a participação dos pais na escola?

8º A interação entre escola e família pode dar certo. Por quê?

APÊNDICE B – Entrevista com os professores

1º Você conhece os pais ou responsáveis dos alunos?

2º Quais estratégias tem usado para a família comparecer?

3º Quando o aluno está passando por algum conflito familiar que atrapalha no desempenho do mesmo, o que você faz?

4º Qual a importância da educação?

5º Como é sua relação com os pais ou responsáveis?

6º A gestão tem contribuído para essa parceria?

7º Você se auto avalia enquanto profissional da educação. Como?

8º Você acha que a relação família e escola influencia o aprendizado do aluno?

APÊNDICE C – Entrevista com os alunos.

1º Com quais dos seus familiares você mora?

2º Sua família participa de sua vida Escolar?

3º Os seus familiares o ajudam nas atividades que a professora manda pra casa?

4º você interessa-se mais quando seus familiares o ajudam em seus estudos?

5º A gestora de sua escola, incentiva seus estudos?

6º A gestora mantêm uma boa relação com seus familiares?

7º Qual é a relação de sua professora com seus familiares?

APÊNDICE D – Entrevista com os pais.

1º Você participa da vida escolar do seu filho?

2º Você acha importante cultivar a relação da escola com a família?

3º Você acha que é total responsabilidade da escolar educar seu filho?

4º Quais as atitudes da escola que lhe incomodam e o que ela poderia fazer para melhorar?

5º Qual a importância da educação?

6º Como você contribui para melhorar o desempenho do seu filho na escola?

7º Você cobra da escola quando percebe que seu filho não está tendo bom rendimento?

8º Você recebe o auxílio bolsa família?